



CÓD: OP-015JN-23
7908403532506

ATUALIDADES

O BÁSICO PARA CONCURSOS

Material organizado com notícias relevantes dos últimos 6 meses de diversas fontes no Brasil e no mundo

ÍNDICE

1. Junho/2022	7
2. Julho/2022	23
3. Agosto/2022	37
4. Setembro/2022	85
5. Outubro/2022	97
6. Novembro/2022	149
7. Dezembro/2022	166

A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) em nosso site.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo com ilustrações e imagens, notícias de fontes verificadas e confiáveis, exercícios para retenção do conteúdo aprendido, tudo preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

Acesse: <https://www.apostilasopcao.com.br/retificacoes>

Bons estudos!

Bolsonaro sanciona limite para ICMS de combustíveis, mas veta compensação a estados

Foi sancionada a Lei Complementar 194, de 2022, que limita a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. O chefe do Poder Executivo vetou dispositivos que previam compensação financeira para os estados, que podem sofrer perda de arrecadação com o tributo. A norma foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União de quinta-feira (23).

A lei é resultado do projeto de lei complementar (PLP) 18/2022, aprovado neste mês por senadores e deputados. O texto limita a cobrança do ICMS sobre produtos e serviços essenciais à alíquota mínima de cada estado, que varia entre 17% e 18%.

O primeiro dispositivo vetado previa a compensação por meio do desconto de parcelas de dívidas refinanciadas pela à União. Para o presidente da República, Jair Bolsonaro, a medida é desnecessária, uma vez que, nos últimos dois anos, “foi observada melhora significativa na situação fiscal de estados e municípios”. “A melhora dos resultados primários dos governos regionais resultou em um acelerado acúmulo de ativos financeiros, que alcançou o valor de R\$ 226 bilhões em abril de 2022”, afirmou Bolsonaro.

Educação básica

O chefe do Executivo também vetou um ponto incluído por senadores e deputados que protegeria recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). De acordo com a emenda, a União deveria transferir dinheiro suficiente para que os estados atingissem os percentuais mínimos exigidos para as áreas de educação e saúde. O ICMS é a principal fonte de financiamento para essas despesas.

O dispositivo vetado previa uma compensação para perdas ocorridas em 2022. O repasse seria interrompido quando as alíquotas do tributo retornassem aos patamares vigentes antes da publicação da lei complementar. Para Jair Bolsonaro, a medida geraria impacto fiscal para a União ampliaria “possíveis desequilíbrios financeiros”.

O Poder Executivo também vetou um dispositivo que alterava a composição dos Conselhos de Supervisão dos Regimes de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal, vinculados ao Ministério da Economia. De acordo com o texto aprovado pelo Parlamento, eles seriam compostos por três membros com experiência profissional e conhecimento técnico nas áreas de gestão de finanças públicas, recuperação judicial de empresas, gestão financeira ou recuperação fiscal. Para o Palácio do Planalto, a matéria “incorre em vício de inconstitucionalidade, pois versa sobre organização de unidade administrativa do Poder Executivo federal”.

Vetos

Os vetos precisam ser apreciados em sessão conjunta do Congresso Nacional em 30 dias. Após esse prazo, passam a trancar a pauta de votação. Para a rejeição de um veto, é necessária a maioria absoluta de senadores (41 votos) e deputados (257 votos). Se for registrada uma quantidade inferior de votos pela rejeição em umas das Casas, o veto é mantido. O veto derrubado pelo Congresso é encaminhado à promulgação pelo presidente da República. Se ele não agir em 48 horas, a promulgação se dá pelo presidente do Senado.

Presidência da Petrobras: Comitê se reúne nesta sexta para analisar indicação de Caio Paes de Andrade

Relatórios necessários para avaliar se o indicado pelo governo atende às regras de governança da companhia e à legislação aplicável foram entregues na terça-feira.

Está prevista para a tarde desta sexta-feira (24), no Rio, a reunião do Comitê de Elegibilidade da Petrobras que vai analisar a indicação de Caio Paes de Andrade para a presidência da estatal.

Atual secretário de desburocratização do governo federal, Andrade vai substituir José Mauro Ferreira Coelho, que pediu demissão na segunda-feira (20) depois de ser pressionado pelo governo Jair Bolsonaro por causa do alta dos preços dos combustíveis.

Cabe ao Comitê de Elegibilidade analisar a indicação de Andrade com base nas regras de governança da companhia e na legislação aplicável. Os relatórios necessários para a análise foram entregues à estatal na terça-feira (21).

De acordo com a Petrobras, o Comitê de Elegibilidade é presidido por Francisco Petros, membro do Conselho de Administração da empresa. Também integram o comitê Luiz Henrique Caroli, que é membro do Comitê de Pessoas, além de Ana Sílvia Matte e Tales Bronzato, ambos externos ao quadro de pessoal da empresa.

“Além disso, conforme previsto no Regimento Interno do COPE (Comitê de Pessoas), o Conselheiro de Administração Marcelo Mesquita, eleito pelos acionistas minoritários detentores de ações preferenciais, foi convidado para a respectiva pauta de indicação”, destacou a Petrobras.

Esta será a terceira troca no comando da Petrobras no atual governo. De olho na reeleição, o presidente Jair Bolsonaro, sempre crítico aos reajustes de preços dos combustíveis realizados pela estatal, aumentou o tom dos ataques. Bolsonaro chegou a chamar de “estupro” o lucro da estatal.

Até a conclusão da análise da indicação de Paes de Andrade, a Petrobras será presidida interinamente pelo atual diretor de Exploração e Produção da companhia, Fernando Borges.

Próximos passos da troca de comando

A análise da indicação de Caio Paes de Andrade pelo Comitê de Elegibilidade é um dos primeiros passos até a conclusão do processo de troca de comando na Petrobras. Com base no trâmite legal, pode ser que o governo precise esperar até a segunda quinzena de julho para dar posse ao seu indicado.

Confira o passo a passo para a troca de comando na Petrobras:

- **Background check de integridade:** nome do indicado pelo governo é submetido a um processo de checagem de informações para avaliar se ele atende às exigências legais para assumir o cargo.
- **Aprovação pelo Comitê de Elegibilidade:** concluída a checagem de informações, o nome do indicado precisa ser aprovado pela equipe ligada ao Comitê de Pessoas da empresa.
- **Assembleia Geral Extraordinária:** o atual Conselho de Administração precisa convocar, com no mínimo 30 dias de antecedência, uma AGE para eleger o novo colegiado
- **Eleição do novo Conselho de Administração:** na AGE serão eleitos oito membros para compor o novo colegiado. O indicado pelo governo para presidir a estatal precisa, antes, ser tornar um dos oito conselheiros.
- **Reunião do novo Conselho de Administração:** logo após a eleição na AGE, o novo colegiado já pode se reunir para confirmar o nome do indicado pelo governo como novo presidente da estatal.
- **Cerimônia de posse:** a conclusão do processo de troca do comando da companhia acontece durante cerimônia pública na qual o escolhido irá assinar o termo de posse.

Nomes indicados para o conselho

O Ministério de Minas e Energia retificou também nesta terça-feira a lista de indicados da União para compor o conselho de administração da Petrobras.

A pasta retirou da relação os nomes dos candidatos indicados por acionistas minoritários, José João Abdalla Filho e Marcelo Gasparino da Silva, que constavam na primeira versão da lista.

Permanecem as demais indicações propostas anteriormente pelo governo, acionista controlador da estatal, com Gileno Gurjão Barreto apontado como chairman e Caio Mario Paes de Andrade como CEO da companhia.

Na sexta-feira passada, a Petrobras havia divulgado a indicação de Abdalla e Gasparino pelos acionistas minoritários e anunciado que os minoritários solicitaram a adoção do sistema do voto múltiplo na eleição dos conselheiros na assembleia-geral extraordinária que será convocada.

Histórico de demissões

José Mauro Ferreira Coelho foi o terceiro presidente da Petrobras no governo Bolsonaro.

O primeiro a assumir o comando da estatal durante o governo do presidente Jair Bolsonaro foi o economista Roberto Castello Branco, indicado logo após as eleições de 2018.

Castello Branco foi nomeado para cargo em janeiro de 2019 e demitido em fevereiro do ano passado pelo presidente Bolsonaro, que alegou estar insatisfeito com os reajustes nos preços de combustíveis durante a gestão do economista.

O nome indicado para substituir Castello Branco foi o do general Joaquim Silva e Luna. O militar tomou posse do cargo em abril de 2021 e permaneceu no posto até março deste ano.

O general permaneceu 343 dias no cargo e foi demitido em abril deste ano por ter seguido a lógica de mercado para definição dos preços.

Após a saída de Silva e Luna, o governo chegou a indicar os nomes do economista Adriano Pires e do empresário Rodolfo Landim para assumir o comando da estatal. No entanto, ambos informaram que não poderiam assumir os postos.

Em abril, o governo indicou José Mauro Coelho para assumir o comando da estatal. O executivo assumiu a presidência da Petrobras no dia 14 do mês passado e pediu demissão na segunda-feira (20). O substituto interino definido pelo Conselho de Administração da empresa é Fernando Borges.

PF abre investigação para apurar se houve interferência em operação que prendeu Milton Ribeiro

Ex-ministro foi preso em operação Acesso Pago na quarta-feira (22)

A Polícia Federal afirmou, em nota divulgada nesta quinta-feira (23), que abriu um procedimento para apurar uma eventual interferência nas investigações contra o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro.

A PF se manifestou após o jornal Folha de S.Paulo ter divulgado que o delegado Bruno Calandrini, responsável pelo inquérito contra Ribeiro, enviou mensagem a colegas dizendo que a investigação teria sido “prejudicada” por causa de um “tratamento diferenciado” dado ao ex-ministro.

“Considerando boatos de possível interferência na execução da Operação Acesso Pago e objetivando garantir a autonomia e a independência funcional do Delegado de Polícia Federal, conforme garante a Lei nº 12.830/2013, informamos que foi determinada a instauração de procedimento apuratório para verificar a eventual ocorrência de interferência, buscando o total esclarecimento dos fatos”, disse a PF na nota.

STF decreta sigilo em inquérito que avalia suposta interferência de Bolsonaro em investigação do MEC

Ministério Público apontou que há indícios de que o presidente avisou o ex-ministro Milton Ribeiro de uma operação, que de fato ocorreu.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu decretar sigilo no inquérito que apura suposta interferência do presidente Jair Bolsonaro na investigação de corrupção no Ministério da Educação. Agora, a ministra Cármen Lúcia, que é relatora, deve pedir uma manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre o caso.

O caso foi devolvido da Justiça Federal para o STF após a Polícia Federal e o Ministério Público Federal (MPF) apontarem indícios de que o presidente Jair Bolsonaro pode ter atuado para atrapalhar as investigações. Segundo o MPF, há indícios de que Bolsonaro alertou o ex-ministro Milton Ribeiro, que é investigado, de que ele poderia ser alvo de busca e apreensão.

Por causa do foro privilegiado do presidente Jair Bolsonaro, o Supremo terá que analisar se a investigação deve seguir no tribunal ou será devolvida para a primeira instância.

Investigações

Na semana passada, o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro e pastores denunciados foram presos. Um dia depois, eles foram soltos por ordem do Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

Segundo interceptação telefônica feita pela Polícia Federal, em 9 de junho, Ribeiro disse a uma filha que Bolsonaro o havia relatado “pressentimento” de que o ex-ministro poderia ser usado para atingir o presidente. Na conversa, Ribeiro também fala da possibilidade de ser alvo de busca e apreensão, como de fato foi, dias depois.

“Hoje, o presidente me ligou. Ele está com um pressentimento novamente de que podem querer atingi-lo através de mim, sabe?”, disse Ribeiro. Em seguida, o ex-ministro afirma: “Ele acha que vão fazer uma busca e apreensão em casa, sabe? Bom, isso pode acontecer, se houver indícios, mas não há porquê”, disse o ex-ministro.

Ribeiro é investigado por corrupção passiva, advocacia administrativa, tráfico de influência, prevaricação e por suposto envolvimento em um esquema fraudulento de liberação de verbas do Ministério da Educação

O delegado Bruno Calandrini afirmou, em um relatório da Polícia Federal, que o ex-ministro da Educação “estava ciente da execução de busca e apreensão em sua residência e que teria sido informado “supostamente” por meio de uma ligação recebida do presidente da República” Jair Bolsonaro.

A PF afirma que Ribeiro externou a preocupação da possível busca e apreensão “com os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura” e que há indícios de vazamento.

Desdobramentos

Além do recebimento do inquérito que estava na Justiça, o Supremo também foi acionado por senadores e deputados que pediram a abertura de inquérito para investigar a conduta de Bolsonaro.

Três ações estão sob relatoria da ministra Cármen Lúcia. Outro caso ficou com o ministro Alexandre de Moraes. Os quatro pedidos foram enviados para a Procuradoria, a quem cabe analisar se há elementos para solicitar a abertura de inquérito contra Bolsonaro.

Anvisa determina recolhimento de lotes de losartana, medicamento anti-hipertensivo

Agência informa que a medida é preventiva, e os pacientes devem continuar o tratamento com o princípio ativo

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou na quinta-feira (23) a interdição e o recolhimento de lotes do medicamento losartana, usado no tratamento de hipertensão e insuficiência cardíaca. O princípio ativo é um dos mais utilizados contra estas doenças no Brasil.

Segundo a Agência, a medida foi tomada “devido a presença da impureza ‘azido’ em concentração acima do limite de segurança aceitável”.

Os pacientes que utilizam o medicamento não devem interromper o tratamento, informou a Anvisa, já que a medida é preventiva. “Deixar de tomar o medicamento pode trazer mais riscos para a saúde do paciente”, afirmou o órgão.

Mesmo que o medicamento seja de um dos lotes afetados, a Agência recomenda a continuidade do tratamento e a comunicação com o médico responsável pela orientação e indicação do losartana.

Neste link, a Anvisa disponibilizou uma lista com as farmacêuticas e os respectivos lotes do princípio ativo que devem ser recolhidos. O prazo máximo para conclusão do recolhimento desses produtos é de até 120 dias.

PF investiga envolvimento de traficantes de drogas e pescadores ilegais na morte de Bruno e Dom

Os agentes apuram o envolvimento de suspeito preso com quadrilha que pesca ilegalmente em território indígena no Vale do Javari. Os compradores das cargas seriam traficantes de drogas.

A Polícia Federal abriu uma nova frente de investigação do assassinato de Bruno Pereira e Dom Phillips.

Os agentes apuram o envolvimento de Amarildo com uma quadrilha que pesca ilegalmente em território indígena no Vale do Javari. Os compradores das cargas seriam traficantes de drogas.

Defesa de Jair Bolsonaro se manifesta sobre ações no TSE

A defesa do presidente Jair Bolsonaro, candidato do PL à reeleição, apresentou hoje (28) manifestação nas representações feitas por partidos de oposição no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A questão envolve reunião realizada no Palácio da Alvorada, no dia 18 de julho, com representantes de embaixadas.

Nas representações, o PDT, PT e a Rede alegaram que houve disseminação de desinformação, propaganda eleitoral antecipada e utilização indevida de meio de comunicação durante o evento.

Na petição, a defesa pediu o arquivamento das ações e disse que as falas do presidente foram feitas na forma de manifestação de “opinião política própria inerente ao debate de ideias”.

“O que se tem nos autos é a exposição de críticas, ainda que duras e enfáticas, do presidente da República em relação a algumas fragilidades que, segundo pensa, existem no sistema eletrônico de votação atualmente vigente no País. De fato, a exposição de posicionamentos políticos individuais – que obviamente inclui críticas a posições diversas – configura manifestação de opinião política própria inerente ao debate de ideias, jamais indicando a suposta existência de propaganda eleitoral negativa”, argumentou a defesa.

Os advogados também negaram a ocorrência de propaganda eleitoral antecipada.

“Na realidade, essa representação apresenta-se como uma tentativa de, desde já, judicializar as eleições presidenciais que se avizinhavam, o que deve ser prontamente rechaçado por esse TSE, sob pena de o pleito sair de seu lugar constitucional – sufrágio popular – e encaminhar-se para a Corte, o que não pode ser permitido”, concluiu a defesa.

Carta da USP em defesa da democracia já reúne mais de 500 mil assinaturas

Documento foi lançado depois de seguidos ataques do presidente Jair Bolsonaro (PL) contra as urnas eletrônicas e o sistema eleitoral brasileiro. Site que abriga as assinaturas tem sofrido várias tentativas de ataques hackers. Autoridades foram acionadas para investigar ataques.

Em quatro dias de lançamento, a carta em defesa da democracia e do processo eleitoral, divulgada pela Faculdade de Direito da USP, já reuniu mais de 500 mil assinaturas até a manhã deste sábado (30) segundo o contador oficial da página.

A “Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito!” e a lista com os nomes foram divulgadas na terça-feira (26) no site da universidade. Ela foi lançada depois de seguidos ataques do presidente Jair Bolsonaro (PL) contra as urnas eletrônicas e o sistema eleitoral brasileiro. Entenda mais abaixo.

Uma versão em inglês do documento deve ser lançada pelos organizadores, já que os Estados Unidos, depois do Brasil, são o segundo país com o maior número de acessos, seguido por Portugal, Reino Unido e Alemanha.

Ataques hackers

Desde quando foi lançado, o site da carta em defesa da democracia já sofreu 2.400 tentativas de ataques hackers, informou o procurador-geral do Ministério Público de Contas de São Paulo, Thiago Pinheiro Lima, um dos organizadores da iniciativa, nesta sexta (29).

Segundo o procurador, os organizadores da carta formalizaram nesta sexta (29) um comunicado às autoridades competentes sobre uma das tentativas desses ataques hacker, que foi mais grave e mais sensível, provavelmente feito por um especialista.

Os demais ataques estão sendo catalogados e avaliados para novas providências.

“Tentam invadir o sistema e tentam principalmente derrubar o site. Pelo que sabemos, colocaram nosso site na deep web e estão incentivando as pessoas a derrubar o site por lá. Eles estão usando palavras de baixo calão, xingamentos, agressões, e tentam se inscrever por outras pessoas, para depois deslegitimar a lista”, contou o procurador ao g1 na quinta (28).

Segundo Pinheiro Lima, as tentativas de ataque já eram esperadas, e mecanismos de segurança que funcionam 24 horas por dia vêm conseguindo impedi-las de acessar o sistema.

Além disso, os organizadores estão conseguindo rastrear as origens dos ataques e novas providências serão tomadas, contou Pinheiro Lima.outra

Em nota, a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo ressaltou que todas as tentativas de ataques hackers “estão sendo monitoradas pela equipe técnica da USP, bem como pela equipe técnica responsável pela coleta de assinaturas”.

“Dessa forma, combatendo essas tentativas de invasão, a Faculdade de Direito da USP seguirá no recolhimento de novas adesões e no caminho da Defesa do Estado Democrático de Direito Sempre”, disse a universidade.

Carta em defesa da democracia

A carta foi lançada depois de seguidos ataques do presidente Jair Bolsonaro (PL) contra as urnas eletrônicas e o sistema eleitoral brasileiro.

A “Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito!” e a lista com os nomes foram divulgadas na terça-feira (26) no site da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

Além de personalidades como Chico Buarque, Roberto Setúbal, Ellen Gracie e Luiz Gonzaga Beluzzo, o movimento recebeu nas últimas horas um engajamento de nomes como o da escritora e presidente interina da ABL Nélida Piñon, da atriz e imortal Fernanda Montenegro, dos ex-ministros do STF Joaquim Barbosa, Francisco Rezek e Nelson Jobim, dos cantores Gal Costa, Zélia Duncan, Maria Bethânia e Frejat, dos atores Antonio Calloni e Bruno Gagliasso, do cineasta Fernando Meirelles, dos escritores Luís Fernando Veríssimo, Martha Medeiros e Djamila Ribeiro, dos historiadores Eduardo Bueno e Lília Schwarcz, entre outros.

No total, 12 ex-ministros do STF assinaram o documento.

A carta diz que recentes “ataques infundados e desacompanhados de provas questionam a lisura do processo eleitoral e o Estado Democrático de Direito tão duramente conquistado pela sociedade brasileira”.

“Nos próximos dias, em meio a estes desafios, teremos o início da campanha eleitoral para a renovação dos mandatos dos legislativos e executivos estaduais e federais. Neste momento, deveríamos ter o ápice da democracia com a disputa entre os vários projetos políticos visando convencer o eleitorado da melhor proposta para os rumos do país nos próximos anos.”

“Ao invés de uma festa cívica, estamos passando por momento de imenso perigo para a normalidade democrática, risco às instituições da República e insinuações de desacato ao resultado das eleições”, diz trecho (leia a carta completa abaixo).

Dentre os empresários estão Walter Schalka, presidente da Suzano; Roberto Setúbal, ex-presidente do Banco Itaú; Natália Dias, CEO da Standard Bank; Pedro Moreira Salles, presidente do conselho de administração do Itaú Unibanco; Pérsio Arida, ex-presidente do BNDES e do Banco Central; Tarcila Ursini, conselheira de administração da EB Capital, entre outros.

Também aparecem entre as assinaturas os artistas Arnaldo Antunes, as atrizes Debora Bloch e Alessandra Negrini, os ex-jogadores de futebol Walter Casagrande e Raí, o cineasta João Moreira Salles, o escritor Paulo Coelho e padre Júlio Lancellotti, que atua na defesa da população de rua em São Paulo.

As pessoas interessadas em assinar o documento poderão fazê-lo online pelos sites da Faculdade de Direito da USP, da Associação de Juízes Federais, Associação do Ministério Público e do Grupo Prerrogativas.

O conteúdo será apresentado na sede da Faculdade de Direito da USP, no Centro de São Paulo, em 11 de agosto, com Roberta Estrela D’Alva como cerimonialista.

A data comemora o aniversário da criação dos cursos de Direito no país e coincide com a leitura de manifesto no mesmo local em 1977 para denunciar a ditadura militar, que subtraiu direitos e matou opositores do regime.

Celso de Mello, ministro aposentado e ex-presidente do STF, afirmou à TV Globo, sobre o momento político atual, que “os diversos pronunciamentos de Bolsonaro, especialmente aqueles que injustamente ofendem e atacam o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral e o sistema eleitoral, são suficientes para revelar a figura de um político sem qualquer noção dos limites que o regime democrático e o dogma constitucional da separação de Poderes impõem a quem, como ele, exerce as altas funções de presidente da República”.

Segundo Mello, “torna-se vital reconhecer que o regime democrático, analisado na perspectiva das delicadas relações entre o poder e o direito, não terá condições de subsistir, quando as instituições políticas do Estado falharem em seu dever de respeitar a Constituição e as leis da República, pois, sob esse sistema de governo, não poderá jamais prevalecer a vontade de uma só pessoa, de um só estamento, de um só grupo ou, ainda, de uma só instituição”.

Íntegra da carta

“Em agosto de 1977, em meio às comemorações do sesquicentenário de fundação dos Cursos Jurídicos no País, o professor Goffredo da Silva Telles Junior, mestre de todos nós, no território livre do Largo de São Francisco, leu a Carta aos Brasileiros, na qual denunciava a ilegitimidade do então governo militar e o estado de exceção em que vivíamos. Conclamava também o restabelecimento do estado de direito e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

A semente plantada rendeu frutos. O Brasil superou a ditadura militar. A Assembleia Nacional Constituinte resgatou a legitimidade de nossas instituições, restabelecendo o estado democrático de direito com a prevalência do respeito aos direitos fundamentais.

Temos os poderes da República, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, todos independentes, autônomos e com o compromisso de respeitar e zelar pela observância do pacto maior, a Constituição Federal.

Sob o manto da Constituição Federal de 1988, prestes a completar seu 34º aniversário, passamos por eleições livres e periódicas, nas quais o debate político sobre os projetos para país sempre foi democrático, cabendo a decisão final à soberania popular.

A lição de Goffredo está estampada em nossa Constituição “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Nossas eleições com o processo eletrônico de apuração têm servido de exemplo no mundo. Tivemos várias alternâncias de poder com respeito aos resultados das urnas e transição republicana de governo. As urnas eletrônicas revelaram-se seguras e confiáveis, assim como a Justiça Eleitoral.

Nossa democracia cresceu e amadureceu, mas muito ainda há de ser feito. Vivemos em país de profundas desigualdades sociais, com carências em serviços públicos essenciais, como saúde, educação, habitação e segurança pública. Temos muito a caminhar no desenvolvimento das nossas potencialidades econômicas de forma sustentável. O Estado apresenta-se ineficiente diante dos seus inúmeros desafios. Pleitos por maior respeito e igualdade de condições em matéria de raça, gênero e orientação sexual ainda estão longe de ser atendidos com a devida plenitude.

Nos próximos dias, em meio a estes desafios, teremos o início da campanha eleitoral para a renovação dos mandatos dos legislativos e executivos estaduais e federais. Neste momento, deveríamos ter o ápice da democracia com a disputa entre os vários projetos políticos visando convencer o eleitorado da melhor proposta para os rumos do país nos próximos anos.

Ao invés de uma festa cívica, estamos passando por momento de imenso perigo para a normalidade democrática, risco às instituições da República e insinuações de desacato ao resultado das eleições.

Ataques infundados e desacompanhados de provas questionam a lisura do processo eleitoral e o estado democrático de direito tão duramente conquistado pela sociedade brasileira. São intoleráveis as ameaças aos demais poderes e setores da sociedade civil e a incitação à violência e à ruptura da ordem constitucional.

Assistimos recentemente a desvarios autoritários que puseram em risco a secular democracia norte-americana. Lá as tentativas de desestabilizar a democracia e a confiança do povo na lisura das eleições não tiveram êxito, aqui também não terão.

Nossa consciência cívica é muito maior do que imaginam os adversários da democracia. Sabemos deixar ao lado divergências menores em prol de algo muito maior, a defesa da ordem democrática.

Imbuídos do espírito cívico que lastreou a Carta aos Brasileiros de 1977 e reunidos no mesmo território livre do Largo de São Francisco, independentemente da preferência eleitoral ou partidária de cada um, clamamos as brasileiras e brasileiros a ficarem alertas na defesa da democracia e do respeito ao resultado das eleições.

No Brasil atual não há mais espaço para retrocessos autoritários. Ditadura e tortura pertencem ao passado. A solução dos imensos desafios da sociedade brasileira passa necessariamente pelo respeito ao resultado das eleições.

Em vigília cívica contra as tentativas de rupturas, bradamos de forma uníssona:

Estado Democrático de Direito Sempre!!!!”

Fiesp prepara manifesto em defesa da democracia; Febraban diz que assinará documento

Texto, ainda em elaboração, deve ser lido em evento no dia 11 de agosto em São Paulo, pouco antes do lançamento do manifesto organizado pela Faculdade de Direito da USP.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) prepara um manifesto próprio em defesa da democracia, com assinatura de associações empresariais e da sociedade civil.

O texto, ainda em construção, será publicado em jornais de circulação nacional e lido às 10h do dia 11 de agosto, na Faculdade de Direito da USP, no Salão Nobre da faculdade.

Nesta quarta (27), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informou que decidiu assinar o documento da Fiesp, batizado de “Em Defesa da Democracia e da Justiça”.

O manifesto capitaneado pela Fiesp é o segundo manifesto público lançado em defesa da democracia após seguidos ataques do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao sistema eleitoral. Segundo a entidade, a visão é de que “o respeito ao estado de direito e o desenvolvimento são condições indispensáveis para o Brasil superar os seus principais desafios”.

Manifesto pela democracia

Em um evento separado também no dia 11 de agosto, mas às 11h30 – no pátio da mesma Faculdade de Direito, será lançada a “Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito”.

O documento – que tem 60 mil assinaturas – tem como criadores ex-alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Um trecho do texto afirma que as eleições brasileiras feitas pelo processo eletrônico “têm servido de exemplo no mundo”.

“Tivemos várias alternâncias de poder com respeito aos resultados das urnas e transição republicana de governo. As urnas eletrônicas revelaram-se seguras e confiáveis, assim como a Justiça Eleitoral”, diz o documento.

11 de agosto

O dia 11 de agosto, escolhido para a leitura dos manifestos, comemora o aniversário da criação dos cursos de direito no país.

A data também coincide com a leitura de manifesto no mesmo local em 1977 para denunciar a ditadura militar, que subtraiu direitos e matou opositores do regime. Um grupo de 17 pessoas que assinaram o documento anterior constam na carta atual em favor da urna eletrônica e da democracia.

Na lista de signatários, constam nomes como Constam na lista nomes como Walter Schalka, presidente da Suzano; Roberto Setúbal, ex-presidente do Banco Itaú; Natália Dias, CEO da Standard Bank; Pedro Moreira Salles, presidente do conselho de administração do Itaú Unibanco; Pérsio Arida, ex-presidente do BNDES e do Banco Central; Tarcila Ursini, conselheira de administração da EB Capital, entre outros.

Também aparecem entre as assinaturas os artistas Chico Buarque, Arnaldo Antunes, as atrizes Debora Bloch e Alessandra Negrini, os ex-jogadores de futebol Walter Casagrande e Raí, o cineasta João Moreira Salles e o Padre Júlio Lancellotti, que atua na defesa da população de rua em São Paulo.

Danilo Dupas deixa presidência do Inep, órgão responsável pelo Enem

Dupas abandona organização do exame a quatro meses da prova. Nomeado no início de 2021, ele só se mantinha no cargo por causa das relações pessoais com o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro

São Paulo – O Ministério da Educação (MEC) divulgou nesta quarta-feira (27) a saída de Danilo Dupas Ribeiro da presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão responsável, entre outras coisas, pela realização do Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem. Por meio do Twitter, o órgão vinculado à pasta da Educação informou que Carlos Eduardo Moreno Sampaio assumirá, interinamente, a partir de agosto.

BRASIL

Exportações do Brasil a vizinhos na América do Sul disparam na retomada pós-pandemia

Saldo comercial sobe 64,7% em 2021, para US\$ 7,3 bilhões, e a expectativa para este ano é de nova alta no superávit

RIO - Com a recuperação da economia global após ser atingida pela covid-19, o saldo comercial do Brasil com os países vizinhos na América do Sul saltou 64,7% em 2021, para US\$ 7,3 bilhões, e deverá ter nova alta este ano.

No primeiro semestre, a balança com os vizinhos sul-americanos teve superávit de US\$ 6,2 bilhões, próximo do valor de todo o ano passado, mostra levantamento da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) com base nos dados do governo federal. A expectativa é de alta do superávit este ano.

No ano passado, o Brasil exportou US\$ 33,9 bilhões para os países sul-americanos, e a AEB projeta que as vendas poderão chegar a US\$ 41 bilhões em 2022. Se confirmado o valor, representará crescimento de 21% ante 2021. No primeiro semestre, foram US\$ 20,3 bilhões.

O presidente executivo da AEB, José Augusto de Castro, vê o crescimento do superávit comercial com os vizinhos como uma oportunidade para a indústria nacional. Essa questão será um dos temas de debate da 41.ª edição do Encontro Nacional de Comércio Exterior (Enaex), organizado pela entidade e marcado para novembro, em formato virtual.

“O Brasil importa 85% da indústria de transformação. Ao contrário, nas exportações, o principal produto são ‘commodities’, mas o mercado da América do Sul comporta outros produtos”, afirma Castro.

As exportações para a América do Sul são formadas, principalmente, por manufaturados – automóveis, máquinas e equipamentos e alimentos. As importações se concentram nas matérias-primas – trigo da Argentina, cobre do Chile, eletricidade do Paraguai (por causa da usina hidrelétrica binacional de Itaipu) e gás natural da Bolívia.

Recessão global

Conforme Castro, o superávit tende a ser maior do que em 2021 porque é provável que haja alguma estabilidade nas importações, diante da esperada acomodação, ou até redução, nos preços das matérias-primas, como trigo e cobre, por causa da expectativa de recessão global.

Até agora, a conjuntura da economia global em meio aos desequilíbrios provocados pela pandemia e reforçados pela guerra na Ucrânia foi favorável para as trocas comerciais com a América do Sul. Assim como o Brasil, os países vizinhos são, primordialmente, exportadores de matérias-primas, cujos preços saltaram desde meados de 2020, apesar da volatilidade. Com mais divisas por causa dos bons preços de exportação, esses países vizinhos puderam comprar mais manufaturados exportados pelo Brasil.

Ao mesmo tempo, os gargalos logísticos do comércio internacional elevaram os custos de frete em todo mundo. Com isso, a proximidade geográfica ofereceu competitividade à indústria brasileira como fornecedora de manufaturados para os mercados sul-americanos. “Pela proximidade geográfica, pela logística ser mais barata, pelo fato de termos disponibilidade de exportar via rodoviária e, em alguns casos, ferroviária, para alguns países, o Brasil pode estar mais presente na América do Sul”, diz Castro.

A conjuntura favorável não pode ser vista como garantida, pondera o presidente da AEB. “Não podemos nos esquecer de que os outros países continuam se movimentando”, afirma Castro. “A China já ultrapassou o Brasil como principal fornecedor para a Argentina. No Chile, a mesma coisa. A China está muito mais presente no Chile do que o Brasil, e esse sempre foi um mercado cativo do Brasil”, afirma.

Sinal 5G será ativado em São Paulo na quinta-feira, diz conselheiro da Anatel

Capital paulista será a quinta cidade do país a contar com o 5G puro, que tem maior velocidade. Previsão é que o sinal seja ativado nas demais capitais do país até o fim de setembro.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) vai liberar a partir de quinta-feira (4) a ativação do sinal 5G puro na cidade de São Paulo capital, informou ao g1 o conselheiro Moisés Moreira, responsável pelo tema.

Com isso, São Paulo será a quinta cidade do país a contar com o 5G puro, chamado tecnicamente de “standalone. O que faz o 5G ser considerado puro é o fato de operar na faixa de 3,5 gigahertz, que oferece a maior velocidade e a menor taxa de latência (tempo de resposta).

Em julho, o sinal do 5G puro foi ativado em Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), João Pessoa (PB) e Porto Alegre (RS).

Uma reunião extraordinária do Gaispi, grupo criado pela Anatel para cuidar da implantação da internet 5 na faixa de 3,5 GHz, foi convocada para terça-feira (2) para formalizar a autorização.

Cabe à Anatel liberar a ativação do sinal do 5G. Com a autorização, as operadoras Claro, TIM e Vivo podem oferecer o serviço aos seus clientes.

Para a Anatel dar a autorização, é necessário que a Siga Antenado, entidade criada pelas operadoras Claro, TIM e Vivo, vencedoras da faixa de 3,5GHz do leilão do 5G, conclua:

- a instalação de estações rádio base (torres de comunicação) na quantidade mínima exigida pelo edital do 5G;
- instalação de filtros para evitar interferências em faixas adjacentes; e
- início distribuição de kits de recepção do novo sinal das TVs parabólicas à população que tem direito (baixa renda).

Após a conclusão, testes são feitos e, caso não haja interferências, a Anatel dá o sinal positivo para ativação do 5G. Em São Paulo, informou o conselheiro Moisés Moreira, os testes já foram concluídos com sucesso.

“Tudo concluído, instalação de filtros, testes, tudo certo, senão eu não marcaria a extraordinária para aprovar São Paulo”, afirmou Moreira.

Multa é suficiente para punir violações a decretos contra a covid, decide Tribunal de Santa Catarina

Por unanimidade, juízes da 3ª Turma de Recursos do TJ absolvem homem que havia sido condenado a uma pena de detenção em primeira instância por não usar máscara à noite na praia, em maio de 2020, quando a primeira onda da pandemia se alastrava pelo País.

Por unanimidade, 3ª Turma de Recursos do Tribunal de Justiça Santa Catarina absolveu um homem que havia sido condenado, em primeira instância, a um mês de detenção por desrespeitar decreto estadual que versava sobre medidas de contenção da pandemia da Covid-19. Os magistrados entenderam que, no caso, a aplicação de sanção administrativa (multa) é ‘suficiente’.

De acordo com a denúncia, o réu e outras seis pessoas estavam aglomerados em uma praia do litoral norte do Estado, sem uso de máscaras, por volta da meia-noite do dia 23 de maio de 2020, quando a primeira onda da covid-19 atingia o País.

No julgamento de 1º grau, o homem foi condenado a detenção, mas a pena privativa de liberdade foi substituída pela prestação pecuniária de um salário-mínimo.

A sentença enquadrou o réu por ‘infringir determinação do poder público destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa’, delito que tem pena prevista de um mês a um ano de detenção, além de multa.

No entanto, ao avaliar o recurso interposto contra a decisão de 1º grau, o juiz Alexandre Moraes da Rosa, relator, viu ‘ausência de adequação típica ao caso concreto’.

Em sua avaliação, houve ‘aproveitamento espúrio’ do tipo penal no qual o réu foi enquadrado. Segundo o juiz, tal previsão protege ‘bem jurídico diverso’ e houve, no caso, ‘sobreinclusão de comportamentos não previstos no devido processo legislativo’.

Assim, para o juiz, o eventual descumprimento de medidas sanitárias implementadas por regulamentos estaduais e municipais não pode ser classificado como um fato típico nos termos do artigo 268 do Código Penal.

Bolsonaro indica Messod Azulay Neto e Paulo Sérgio Domingues para STJ

Nomeações foram publicadas no Diário Oficial da União desta segunda-feira (1º) e precisam ser aprovadas pelo Senado Federal.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) indicou nesta segunda-feira (1º) os juízes federais Messod Azulay Neto, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), e Paulo Sérgio Domingues, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), para as duas vagas abertas no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

As nomeações foram publicadas no Diário oficial União (DOU). Os nomes precisam ser aprovados pelo Senado Federal, que retorna de recesso nesta segunda.

Azulay Neto e Paulo Domingues ocuparão as vagas dos ministros Napoleão Nunes Maia Filho e Nefi Cordeiro, respectivamente, que se aposentaram recentemente.

A analista de política da CNN Thais Arbex havia adiantado que os nomes de Azulay e Paulo estavam na disputa para as vagas, e concorriam com Ney Bello, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e Fernando Quadros, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Segundo relatos feitos à CNN, Azulay tinha o apoio do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux, o nome do desembargador enfrentava resistência de André Mendonça, também integrante da Corte. Azulay foi o mais votado pelo plenário do STJ em maio, quando o tribunal definiu a lista quádrupla enviada ao presidente.

Perfil dos indicados

Formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (URFJ), Azulay Neto é o atual presidente do TRF-2, e atua no Tribunal desde 2005, após atuar como advogado concursado da Telecomunicações do Rio de Janeiro (Telerj).

Ele já ocupou diversas funções na Justiça Federal, como diretor-geral do Centro Cultural da Justiça Federal do Rio de Janeiro, e foi professor universitário. Atualmente, é membro titular do Instituto Ibero-Americano de Direito Público, e tem diversos livros publicados na área jurídica.

Paulo Domingues é graduado em direito pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre pela Johann Wolfgang Goethe Universität, na Alemanha. É juiz federal desde 1995 e se tornou desembargador do TRF-3 em 2014.

No Tribunal, Domingues é coordenador do Programa de Conciliação, coordenador do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais da Justiça Federal da 3ª Região e presidente da Comissão Permanente de Informática.

Ele foi presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) entre 2002 e 2004. Atualmente, é professor de direito processual civil da Faculdade de Direito de Sorocaba.

Auxílio Brasil de agosto começa a ser pago dia 9; veja calendário

Pagamentos do mês serão os primeiros com novo valor mínimo de R\$600

As parcelas do Auxílio Brasil do mês de agosto começam a ser pagas no próximo dia 9, após antecipação do calendário pelo Ministério da Cidadania. As datas de pagamento dos meses seguintes não foram alteradas.

Os pagamentos seguem a ordem do Número de Identificação Social (NIS), começando com os beneficiários de número final 1 no próximo dia 9, até aqueles com número final 0 no dia 22 de agosto. O calendário é o mesmo para o Auxílio Gás, que em agosto terá o valor de um botijão de 13kg.

Neste mês, o Auxílio Brasil já será pago com o novo valor mínimo, que passou de R\$400 para R\$600, aumento que será praticado apenas até dezembro. O acréscimo foi definido com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Kamikaze, que ampliou benefícios sociais.

Para consultar informações sobre o programa, é possível ligar para o 121, canal do Ministério da Cidadania. Além disso, o aplicativo do Auxílio Brasil (disponível para Android e iOS) permite acompanhar a situação do benefício. Informações relativas a pagamento de parcelas e saldo podem ser consultadas no aplicativo Caixa Tem.

Confira o calendário do pagamento do Auxílio Brasil de agosto

Final do NIS / Data de pagamento

- 1: 9/8
- 2: 10/8
- 3: 11/8
- 4: 12/8
- 5: 15/8
- 6: 16/8
- 7: 17/8
- 8: 18/8
- 9: 19/8
- 0: 22/8

Pronampe 2022: Banco do Brasil libera mais de R\$ 2 bilhões a empresas dirigidas por mulheres

Banco tem apoiado iniciativas destinadas ao público feminino, como a campanha Agosto Lilás, pelo fim da violência doméstica

O Banco do Brasil liberou, até a última sexta-feira, 29, mais de R\$ 5 bilhões por meio do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Deste total, de acordo com o banco, mais de R\$ 2 bilhões foram liberados para quase 20 mil empresas dirigidas por mulheres. A nova rodada do Pronampe se iniciou na última segunda, 25.

O banco tem apoiado iniciativas destinadas ao público feminino, como a campanha Agosto Lilás, pelo fim da violência doméstica, que começa nesta segunda-feira, 1º, e que é promovida em parceria com a Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A partir desta segunda, 1, com o Agosto Lilás, as agências do BB passam a servir também como ponto de apoio e acolhimento a mulheres vítimas de violência doméstica. “Há pouco mais de um ano, o Banco do Brasil assinou o termo de adesão à campanha contra a violência doméstica, idealizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ)”, afirma em nota o presidente do banco, Fausto Ribeiro.

Segundo ele, mais de 30 mil funcionários estão capacitados para atuar no acolhimento em casos do tipo. “Quando se fala em feminicídio e violência doméstica, todos perdem. E o BB é um parceiro de toda a sociedade para um basta a esse tipo de situação”, complementa.

O executivo destaca ainda o apoio financeiro para a autonomia das mulheres. O BB tem projetos como o BB para Elas, com foco em questões como o empreendedorismo, e que também participa do Circuito Agro, iniciativa itinerante da instituição destinada ao público agro.

“Além de todo o apoio creditício e em soluções bancárias, o Banco do Brasil tem intensificado sua estratégia de forma a atuar na transversalidade de todas as ações negociais e mercadológicas, ou seja, uma completa estratégia de incentivo e fomento ao empreendedorismo feminino, englobando de forma integral a jornada empreendedora”, afirma Ribeiro.

Michelle Bolsonaro lidera culto evangélico no Palácio do Planalto

Vídeos que circulam nas redes sociais mostram a primeira-dama Michelle Bolsonaro liderando um culto evangélico no Palácio do Planalto nesta madrugada. Com uma Bíblia nas mãos, ela acompanhou um grupo em uma “vigília” no local, cantou louvores e fez orações. As imagens foram publicadas originalmente nas redes sociais da primeira-dama, mas já haviam sido excluídas na tarde desta segunda-feira, dia 1º.

Nas imagens, Michelle aparece descendo a rampa do Planalto com o grupo de evangélicos. Os vídeos também mostram a primeira-dama passando com a “vigília”.

Michelle é o elo da campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL) com dois grupos considerados estratégicos para a reeleição: as mulheres e os evangélicos. Na convenção que formalizou o nome do chefe do Executivo na disputa eleitoral deste ano, ela fez um discurso com forte teor religioso, ligando a gestão do marido no Executivo com a “vontade de Deus” e afirmando que o País será abençoado se ele vencer nas urnas.

Naquela ocasião, em 24 de julho, ela disse levar seus “intercessores” para orar pelo presidente no Planalto, mas não deu detalhes: “Eu tenho falado de Deus porque é o nosso pilar (...) Eu sempre oro, toda terça-feira, quando o Planalto se fecha, eu entro com meus intercessores e eu oro na cadeira dele”, afirmou.

Pesquisa Datafolha divulgada na semana passada mostra que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é o candidato a presidente preferido pela maioria dos eleitores que se declaram católicos (52%) e espíritas (51%). Já o presidente Jair Bolsonaro (PL) lidera entre evangélicos, com 43% da preferência. O grupo foi importante para a eleição de Bolsonaro em 2018 e é considerado uma forte base eleitoral do chefe do Executivo.

BRASIL

Bolsonaro abre Assembleia Geral da ONU: Brasil deve R\$ 1,5 bilhão à organização

Como de praxe, Bolsonaro será o primeiro a discursar na sessão de debates da Assembleia-Geral da ONU nesta terça-feira

O presidente e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro (PL) fará nesta terça-feira (20/09) o discurso de abertura do debate geral da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York. O Brasil chega ao evento com uma dívida junto à ONU de US\$ 306 milhões, o equivalente a R\$ 1,5 bilhão. Os dados foram levantados pela entidade a pedido da BBC News Brasil. O valor não inclui eventuais dívidas do Brasil com outros organismos internacionais.

Pelas regras da ONU, se um país acumular uma dívida equivalente a dois anos ou mais em relação às suas contribuições regulares, ele pode perder o direito ao voto. O Brasil tem feito alguns pagamentos da dívida para evitar esse cenário.

A perda ao direito de voto nunca aconteceu ao Brasil desde que a organização foi criada, em 1945. Segundo a assessoria de imprensa da ONU, não há indicação de qualquer mudança no direito de voto do Brasil no momento.

Procurado, o governo brasileiro apresentou números diferentes sobre a dívida e disse que “não tem poupado esforços” para quitar a dívida do Brasil com a ONU, mas afirmou que depende de suplementação orçamentária, que depende do Executivo e do Legislativo, para sanar os débitos.

Detalhes da dívida

Pelas regras da ONU, todo estado-membro deve pagar contribuições para o funcionamento regular da entidade. Esses valores são calculados com base em critérios como o tamanho do produto interno bruto (PIB) de cada país.

O Brasil é responsável por 2% do orçamento regular da entidade. Os Estados Unidos são o país responsável pelo maior percentual: 22%.

Além das contribuições regulares, os países também precisam contribuir para as missões de paz desenvolvidas pela ONU. Desde a criação da ONU, o Brasil é um dos países mais atuantes em missões de paz ao redor do mundo. Em 2004, por exemplo, ele liderou a Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (Minustah).

Segundo o levantamento feito pela ONU, dos US\$ 306,7 milhões que o Brasil deve para entidade, US\$ 249 milhões são relativos a dívidas do Brasil com as missões de paz da organização acumuladas em outros anos.

Outros US\$ 56,4 milhões são relativos ao valor que o Brasil deveria pagar a título de contribuições regulares ao orçamento da ONU.

O resto, em torno de US\$ 1 milhão, é relativo a dívidas do Brasil com tribunais internacionais como os que foram criados para julgar crimes de guerra nos Bálcãs e no continente africano.

A BBC News Brasil pediu à ONU a lista completa dos países devedores, mas não obteve resposta. A entidade informou, apenas, que dos 193 países-membros, 125 já teriam quitado suas contribuições regulares até setembro deste ano.

Ainda de acordo com a ONU, o valor do débito já contempla pagamentos parciais feitos pelo governo brasileiro entre os meses de maio, junho e julho deste ano.

Diplomatas ouvidos pela BBC News Brasil em caráter reservado afirmam que esses pagamentos têm sido feitos há alguns anos como uma forma de evitar que o Brasil perca o direito de voto junto à Assembleia Geral da ONU.

Eles comparam essas quitações como o pagamento do crédito rotativo de um cartão de crédito no qual paga-se apenas um percentual da dívida para evitar a inadimplência.

O que o governo diz

Procurado, tanto o Itamaraty quanto o Ministério da Economia apresentaram dados diferentes sobre o valor da dívida brasileira junto à ONU.

O Itamaraty disse, por meio de sua assessoria de imprensa, que o débito do Brasil com a organização é de US\$ 296 milhões, cerca de US\$ 10 milhões a menos que o valor apresentado pela ONU.

A pasta disse que os repasses para o pagamento das dívidas são responsabilidade do Ministério da Economia.

Procurado, o Ministério da Economia apresentou um número ainda menor: US\$ 232,6 milhões.

Com base nos dados enviados pela pasta, a dívida do Brasil apontada pela ONU seria maior que a registrada em setembro de 2021, que totalizava US\$ 255,8 milhões. O valor, porém, seria menor que as dívidas registradas nos anos anteriores.

Em 2020, a dívida do Brasil, segundo o ministério, foi de US\$ 352,1 milhões. Em 2019, foi de US\$ 411,6 milhões. Em 2018, o débito era de US\$ 352,1 milhões.

Dívida remonta a período Dilma, apontam especialistas

Especialistas ouvidos pela BBC News Brasil afirmam que os débitos do Brasil com a ONU começaram a se agravar durante o segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), mas dizem que a gestão da dívida é reflexo da política internacional comandada pelo presidente Bolsonaro.

“Se formos ver os dados, a gente vê que, já no final do governo Dilma, a coisa ‘desandou’. Há uma descontinuação nos pagamentos e isso foi se avolumando”, afirmou o professor de Relações Internacionais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Dawisson Belém Lopes.

Para a doutora em Relações Internacionais e professora da Escola Superior de Guerra (ESG) do Ministério da Defesa Mariana Kalil, apesar de não ser a primeira vez que o Brasil fica devendo à ONU, a atual dívida do país com a entidade precisa levar em consideração o contexto político do país.

“A diferença é o contexto. Há, sem dúvidas, a questão da pandemia, que impactou diversos países financeiramente, mas há, também, uma retórica ‘antiglobalista’ do Brasil que, ao lado da questão do atraso na contribuição financeira, coloca o compromisso do país com a ordem multilateral do pós-Segunda Guerra Mundial em xeque”, disse a professora.

O “antiglobalismo” é uma corrente ideológica marcada pelo questionamento à ordem multilateral na qual os países atuariam de forma coordenada por meio de organismos como a própria ONU. No Brasil, um dos principais defensores dessa ideologia foi o ex-ministro das Relações Exteriores do governo Bolsonaro, Ernesto Araújo.

De acordo com o Portal da Transparência, o governo reservou US\$ 211 milhões para o pagamento de contribuições à ONU. Até agora, apenas US\$ 33 milhões desse total havia sido gasto.

Em nota, o Ministério da Economia disse que a causa da dívida do Brasil com a ONU foi a “insuficiência de dotação orçamentária”.

Questionada sobre qual a previsão para a quitação da dívida, a pasta disse que é preciso haver “previsão suplementar à LOA (Lei Orçamentária Anual) para o equacionamento das dívidas”.

O Itamaraty, por sua vez, atribuiu a dívida a “restrições fiscais” do orçamento federal.

“As dívidas incluem valores em várias moedas, e seu pagamento, assim como as demais ações orçamentárias, está sujeito às restrições fiscais que se impõem ao orçamento federal, dentro dos montantes previstos na Lei orçamentária Anual”, disse a pasta em nota enviada à BBC News Brasil.

Ainda segundo o Itamaraty, o governo tem tentado “equacionar” a dívida junto à ONU.

“O governo brasileiro não tem poupado esforços para equacionar a situação da dívida perante as Nações Unidas, em linha com o compromisso histórico do país com o sistema multilateral e a Carta da ONU”, disse o órgão.

Bolsonaro deverá fazer o primeiro discurso de chefes de Estado do debate geral da Assembleia Geral da ONU na manhã desta terça-feira (20/9). O discurso está previsto para começar por volta das 9h. A previsão é que ele volte ao Brasil no final da tarde.

IDH brasileiro diminui e país perde posição no ranking mundial

De 2020 para 2021, o Brasil caiu da 86ª para a 87ª posição no ranking de desenvolvimento humano da Organização das Nações Unidas (ONU), que mede o bem-estar da população em termos de renda, escolaridade e saúde. Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (8/9) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil ficou em 0,754. Em 2019 o país registrava 0,766. Até então, o IDH brasileiro vinha subindo ano a ano — em 2010, por exemplo, o índice era de 0,723. Quanto mais próximo de um, maior é o desenvolvimento humano nacional.

O IDH global é de 0,732. Ou seja, o índice brasileiro é considerado elevado. Porém, o país retrocedeu ao patamar de 2014, quando o IDH nacional também era de 0,754. O recuo é superior à média mundial — o IDH global voltou aos níveis de 2016.

Mais de 90% dos países registraram declínio em 2020 ou 2021, especialmente em função da crise de Covid-19 e da guerra na Ucrânia. O Brasil caiu consecutivamente nos dois anos. As informações são do jornal O Globo.

Com relação a 2019, o único aspecto que derrubou o IDH do Brasil foi a saúde. A renda média avançou de lá para cá, e os indicadores de educação ficaram estagnados.

O Brasil é o segundo país com mais mortes por Covid-19 no mundo (mais de 684 mil), atrás apenas dos EUA. Já a expectativa de vida média do brasileiro caiu de 75,3 anos em 2019 para 72,8 em 2021. O número é semelhante ao de 2008, quando a esperança de vida estava no patamar de 72,7 anos. A queda também foi superior à média global, que diminuiu 1,6 ano.

Quando a desigualdade é levada em conta, o desenvolvimento humano brasileiro vai para 0,576, uma queda de 23,6%. O país tem indicadores ruins de desigualdade de renda e de gênero — a expectativa de vidas das mulheres é 6,4 anos menor que dos homens, enquanto a renda média anual é US\$ 7 mil menor.

Pelo mundo

O líder do ranking de IDH é a Suíça, com 0,962. Em seguida aparecem Noruega (0,961), Islândia (0,959), Hong Kong (0,952) e Austrália (0,951).

A Alemanha, maior economia da Europa, está na nona posição, com 0,942, seguida de perto pelos Países Baixos (0,941). O Reino Unido é o 18º colocado.

O país sul-americano mais bem colocado é o Chile, com 0,855, na 42ª colocação. Atrás vêm Argentina, em 47ª (0,842); Uruguai em 58ª (0,809); Peru em 84ª (0,762); e só depois o Brasil. A Colômbia está próxima, em 88ª (0,752).

Nas Américas em geral, o Canadá é o mais bem colocado (15ª), com 0,936. Os EUA aparecem em 21ª, com 0,921. Cuba tem 0,764, na 83ª colocação. O México está uma posição à frente do Brasil (86ª), com 0,758.

Os três últimos colocados dentre 191 países são os africanos Níger (0,4), Chade (0,394) e Sudão do Sul (0,385).

Marinha recebe novo submarino no RJ, primeiro de projeto que prevê equipamento nuclear

Riachuelo, como foi nomeado, foi entregue com 5 anos de atraso. Tem capacidade para ficar até 5 dias debaixo d’água e é equipado para disparo de torpedos e mísseis táticos

A Marinha do Brasil apresentou e incorporou à frota, na manhã desta quinta-feira, 1, na Base de Submarinos da Ilha da Madeira, no Complexo Naval de Itaguaí (RJ), o primeiro dos quatro submarinos convencionais previstos do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), que recebe o nome de Riachuelo, e opera com propulsão diesel-elétrica.

A entrega do equipamento à operação acontece cerca de cinco anos após o prazo previsto em cronograma, atraso que também afeta os demais submarinos. O Prosub prevê ainda a construção de um submarino nuclear.

Na solenidade, estiveram presentes o Ministro da Defesa, o general do Exército Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira e o Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Almir Garnier Santos. O Riachuelo, tecnicamente chamado de S-BR1, contam os militares, será o sétimo navio da Marinha a receber este mesmo nome, em homenagem à Batalha Naval do Riachuelo, de 11 de junho de 1865, que ocorreu durante a Guerra da Tríplice Aliança.

O S-BR1 Riachuelo possui um comprimento total de 70,62 metros, diâmetro de casco de 6,2 metros, deslocamento na superfície de 1.740 toneladas e deslocamento em imersão de 1.900 toneladas. Seu sistema de combate é dotado de seis tubos lançadores de armas, com capacidade para lançamento de torpedos eletroacústicos pesados, mísseis táticos do tipo submarino-superfície e minas de fundo. Ele fará parte da operação de defesa dos 8,5 mil quilômetros de costa marítima brasileira.

Os submarinos S-BR, informou a Marinha, são derivados da classe Scorpène francesa e fazem parte de um projeto original da empresa Naval Group, modificado por engenheiros brasileiros. São fabricados no parque industrial do Complexo Naval de Itaguaí pela Itaguaí Construções Navais (ICN).

O Prosub integra um conjunto de programas estratégicos estruturados pela Marinha. Para os militares, o projeto representa um expressivo salto tecnológico no Brasil. Segundo a Marinha, a iniciativa, além de incentivar a Política Nacional de Defesa, impulsiona a capacitação de pessoal e contribui para a soberania nacional, em sua expressão tecnológica. Criado em 2008, por meio da parceria estabelecida entre o Brasil e a França, o programa tem o propósito de ampliar a capacidade de proteção da chamada Amazônia Azul, área com dimensões de 5,7 milhões de km².

Além dos quatro submarinos, o Prosub prevê, também, a construção em solo brasileiro do primeiro submarino armado com propulsão nuclear (SCPN), junto à infraestrutura necessária para a operação e manutenção dele, composta por uma Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM), um Estaleiro de Construção (ESC) e outro de Manutenção (ESM), uma Base Naval, um elevador de navios e oficinas equipadas no estado da arte.

Três pessoas morrem após desabamento de ponte no Amazonas

Há registro de pelo menos 14 feridos; balsas serão utilizadas para passagem de veículos

Uma ponte desabou na manhã desta quarta-feira (28) na BR-319, no Amazonas, próximo à cidade de Careiro. Ao menos três pessoas morreram e 14 ficaram feridas, sendo encaminhadas para unidades de saúde em Manaus.

Entre os mortos, dois eram homens e uma era mulher. Pelo menos 12 veículos afundaram com o desabamento da estrutura, localizada na BR-319, na altura do município de Careiro Castanho.

Segundo o governo do Estado, ainda estão sendo feitas buscas por possíveis pessoas desaparecidas.

Uma das vítimas fatais foi identificada como Maria Viana Carneiro. Segundo informações da prefeitura de Manaus, ela era servidora aposentada da Casa Civil no município.

O governador Wilson Lima (União Brasil) informou que suspendeu a agenda de campanha nesta quarta para “coordenar ações em apoio às vítimas” e que foi montado um comitê com representantes de diversos órgãos de segurança, saúde e assistência social.

Por meio de nota, Lima afirmou que “se solidariza às vítimas e determinou a instalação de um Comitê de Resposta Rápida para coordenar as ações de resgate”. “Foi disponibilizada toda a estrutura do Estado com equipes da Secretaria de Segurança Pública (SSP-AM), Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Secretária de Estado de Saúde (SES-AM) que estão no local, com mergulhadores e ambulâncias de suporte avançado”, acrescenta o texto.

Também serão enviadas balsas para realizar o deslocamento de carros enquanto o governo federal refaz a estrutura. Por fim, foi informado que o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (Dnit) é responsável pela administração do local aconteceu o acidente, e está atuando no local.

Procurada pela CNN, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) confirmou os três óbitos e informou que, até as 16h30 desta quarta, não havia novas informações sobre o caso.

Ministra Rosa Weber assume a presidência do Supremo Tribunal Federal

A presidente da AMB, Renata Gil, destacou a importância de uma mulher presidir a mais alta corte do país

Se tornando a terceira mulher a ocupar o mais alto posto do Poder Judiciário brasileiro, a ministra Rosa Weber tomou posse nesta segunda-feira (12) como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Pela primeira vez uma magistrada de carreira assume esse posto, e se junta agora à ministra aposentada Ellen Gracie e à ministra Cármen Lúcia na lista de mulheres que já foram presidentes do STF. O ministro Luís Roberto Barroso foi empossado como vice-presidente da Corte.

A presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Renata Gil, esteve presente na solenidade de posse e destacou a importância de uma mulher assumir a liderança do Poder Judiciário no Brasil. “Como mulheres magistradas, nos sentimos cada vez mais representadas. Desejo sucesso à ministra Rosa, que, como juíza de carreira, comandará à Justiça brasileira de forma brilhante”.

Renata Gil também parabenizou o ministro Luís Roberto Barroso pelo novo cargo. “O ministro Barroso é um exímio conhecedor da Constituição Federal e também ostenta um grande currículo - o que o torna extremamente capacitado para exercer essa importante função no sistema de Justiça”, afirmou.

Em seu discurso, Rosa Weber destacou que suas primeiras palavras como presidente do STF seriam em nome dos direitos fundamentais, do princípio da separação dos Poderes e da independência do Poder Judiciário. A presidente do STF homenageou também os membros da magistratura. “Já vai um longo caminho na magistratura, sempre com o coração sereno. Volto a referir minha trajetória, mas para homenagear todos os juízes e tribunais”, disse.

Entenda por que deputados podem mudar de partido livremente a partir desta quinta (3)

Janela partidária dura um mês e permite que parlamentares troquem de partido sem perder o mandato

Pelos próximos 30 dias, a contar de hoje (3), parlamentares brasileiros poderão mudar livremente de partido político no Brasil. De olho nas eleições de outubro, os deputados, a seis meses do pleito, precisam firmar posição em alguma das 32 legendas registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O período também marca o início das articulações mais intensas para a corrida eleitoral.

Essas trocas partidárias já provocaram intensos debates na Justiça Eleitoral. Ao longo dos últimos 15 anos, no entanto, diversas regras foram estabelecidas para aperfeiçoar o que passou a ser conhecido como “janela partidária”.

Durante esse período, que ocorre sempre a seis meses das eleições, vereadores – nas eleições municipais – e deputados – nos pleitos gerais – têm 30 dias para trocar livremente de sigla, sem que isso resulte na perda de mandato.

“Foi o que chamamos no Direito Constitucional de efeito backlash, uma espécie de reação, de rebote, primeiro com o TSE decidindo, depois o Supremo e, em seguida, passou a ter indicação constitucional, orientando que o mandato pertence ao partido”, resume o presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-CE, o advogado Fernandes Neto.

De quem é o mandato?

Ainda em outubro de 2007, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que os mandatos conquistados nas eleições proporcionais – de vereadores e deputados estaduais e federais – pertencem ao partido, não ao parlamentar.

O cerne da decisão da Suprema Corte naquele ano, que passou a ser de repercussão geral, é de que parlamentares escolhidos pelo sistema proporcional se beneficiam da votação dada à legenda e a outros candidatos, o que não ocorre no caso da disputa majoritária.

A regra foi regulamentada pela Reforma Eleitoral de 2015 (Lei nº 13.165/2015), tornando-se a saída para que as agremiações e os políticos pudessem resolver questões internas e definir eventuais trocas de legenda no período pré-eleitoral.

Em 2016, a Emenda Constitucional nº 91 também passou a regulamentar a janela partidária. Já em 2018, uma nova decisão tornou a regra ainda mais específica.

À época, o TSE decidiu que a janela partidária só é válida para parlamentares que estejam no término do mandato vigente, limitando a troca partidária de vereadores apenas nas eleições municipais, e de deputados estaduais e federais apenas nas eleições gerais.

A regra da janela partidária, no entanto, tem exceções, conforme aponta o advogado Fernandes Neto. Para algumas situações específicas, a troca é permitida em outros períodos do calendário. Quando um programa partidário sofre significativo desvio ou o mandatário enfrenta grave discriminação, por exemplo.

As regras eleitorais permitem também a mudança fora da janela partidária em caso de fim ou fusão de partidos. Este caso, inclusive, deve ocorrer neste ano com os futuros integrantes do União Brasil, sigla criada a partir da fusão do DEM com o PSL.

“As exceções foram criadas pela Resolução nº 22.610/2007, do TSE, que estabeleceu que a criação de um novo partido, a mudança programática de uma legenda e a perseguição permitiriam a mudança partidária sem perda de mandato”, afirma.

“Atualmente, a criação de um novo partido foi retirada da legislação porque isso (a criação de legendas) passou a provocar a criação de uma série de novos partidos, criados apenas para esse fim”, acrescenta.

No caso do União Brasil, como a sigla é resultado de uma fusão, a adesão à sigla pode ocorrer fora da janela partidária.

Lewandowski suspende ação contra Lula sobre compra de caças suecos

Liminar vale até plenário do STF julgar pedido do ex-presidente para encerrar processo; ministro aponta ‘manifesta parcialidade’ de procuradores

Ação contra o ex-presidente Lula foi suspensa até plenário do STF decidir sobre pedido para extinguir processo. Foto: Amanda Perobelli/Reuters

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu nesta quarta-feira, 2, o processo aberto contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a partir da denúncia de irregularidades na compra de caças suecos para a Aeronáutica no governo Dilma Rousseff (PT).

A ação era a única que não havia sido atingida pelas decisões do tribunal que reconheceram a incompetência da Justiça Federal do Paraná para julgar o petista e a parcialidade do ex-juiz Sergio Moro no caso do triplex do Guarujá – o que na prática anulou condenações e jogou os processos de volta a etapas iniciais.

A decisão individual vale até o plenário do STF julgar um pedido de Lula para encerrar a ação penal. A defesa do ex-presidente diz que a denúncia sobre a compra das aeronaves teve interferência da Lava Jato e fez parte de um ‘plano’ para prejudicar a imagem do petista, com suposto auxílio informal e irregular da Receita Federal e de autoridades norte-americanas. Os advogados ex-presidente embasaram o pedido em mensagens apreendidas do grupo de hackers que invadiu os celulares da extinta força-tarefa de Curitiba.

Em sua decisão, Lewandowski diz que os fatos narrados ‘evidenciam, quando menos, franca antipatia e, em consequência, manifesta parcialidade em relação à pessoa’ de Lula.

“A plausibilidade das alegações referentes ao cometimento de atos comissivos e omissivos, eivados pelos vícios da suspeição e incompetência, por parte dos Procuradores da República indigitados pela defesa – máculas, de resto, já identificadas neste e em outros feitos julgados por esta Suprema Corte – estão a sugerir, no mínimo, desabrido desrespeito ao seu dever legal de velar pela dignidade das respectivas funções e da própria Justiça”, escreve.

O ministro também defendeu o uso das mensagens hackeadas da Lava Jato como provas para o trancamento da ação. As conversas foram apreendidas na Operação Spoofing, que investigou o grupo responsável pelo ataque cibernético.

“A doutrina e a jurisprudência brasileiras, sabidamente, são unânimes em afirmar que, embora provas ilícitas não possam ser empregadas pela acusação, é permitido aos acusados lançar mão delas para tentarem provar a sua inocência”, diz outro trecho da decisão.

A ação contestada por Lula foi aberta em 2016 a partir de uma denúncia de tráfico de influência, lavagem de dinheiro e organização criminosa oferecida na Operação Zelotes. A Procuradoria da República no Distrito Federal diz que a compra das aeronaves e a prorrogação de incentivos fiscais a montadoras foram autorizadas em troca de R\$ 2,5 milhões.

Com a palavra, os advogados Cristiano Zanin Martins e Valeska T. Zanin Martins, que representam Lula

“Na referida ação penal, diversas autoridades civis e militares, ex-Ministros de Estado, e a ex-Presidenta Dilma Rousseff já haviam prestado depoimento mostrando que a decisão do Brasil de adquirir os caças da marca Gripen não teve qualquer intervenção, muito menos ilegal, do ex-presidente Lula. A recomendação para a compra das aeronaves foi das Forças Armadas, por meio da FAB, em parecer de cerca de 30 mil páginas.

A robusta decisão do Ministro Ricardo Lewandowski acolheu os elementos que apresentamos e reconhece que a ação penal referente ao “Caso Caças Gripen” fazia parte do “Plano Lula”, que foi engendrado por integrantes da extinta “lava jato” para cassar arbitrariamente os direitos políticos do ex-presidente e para sobrecarregar – e tentar inviabilizar – o trabalho de sua defesa, atuando inclusive em cumplicidade com membros do Ministério Público de outras jurisdições.

Além de aplicar o melhor Direito ao caso concreto, a decisão é um importante registro histórico sobre o uso estratégico do direito para fins ilegítimos (lawfare), que foi praticado pela “operação lava jato”, que atacou o próprio Estado de Direito e feriu a Democracia no País.”

Brasil ultrapassa marca de 65 milhões de doses de reforço anticovid aplicadas

Brasil registrou a aplicação de 558,14 mil novas doses de vacinas contra covid-19 nesta quinta

O Brasil registrou a aplicação de 558,14 mil novas doses de vacinas contra covid-19 nesta quinta-feira, 3. Com isso, o número de pessoas que receberam ao menos a primeira dose de imunizantes anticovid chegou a 172.805.354, o que corresponde a 80,44% da população.

Com duas doses ou dose única, são 155,31 milhões de habitantes do País, o equivalente a 72,3% do total. Os dados são reunidos pelo consórcio de veículos de imprensa junto a secretarias de 26 Estados e Distrito Federal.

Vacina

Mulher se vacina contra a covid em São Paulo; vacinas são testadas, e sabemos de sua eficácia. Foto: Tiago Queiroz/Estadão - 13/1/2022

Ao todo, 65,3 milhões de pessoas foram vacinadas com terceira dose. Podem tomar o reforço pessoas que receberam a segunda dose há ao menos quatro meses. Não há informações, porém, sobre quantas pessoas já estariam aptas a receber essa aplicação e que ainda não buscaram os postos.

Segundo os dados reunidos pelo consórcio, 9,2 milhões de crianças de 5 a 11 anos (ou 45,23% do total) já tomaram a primeira dose da vacina contra a covid-19. O número de crianças totalmente imunizadas é de 204,62 mil (1% do total). A vacinação começou mais tarde para este público, mas dados compilados pelo Estadão evidenciam que a imunização infantil avança em ritmo lento.

Nas últimas 24 horas, foram administradas no País 73.106 primeiras doses, 7.554 segundas injeções e 487.376 vacinas de reforço. O número de doses únicas foi negativo devido à correção de dados.

Em termos proporcionais, Piauí é o Estado que mais vacinou a população, com 96,95% com ao menos uma dose. A mesma taxa em São Paulo, é de 94,24% dos habitantes.

PIB cresce 4,6% em 2021, recupera perdas da pandemia em 2020, mas guerra piora perspectiva para 2022

Economia cresceu 0,5% no quarto trimestre do ano passado ante o terceiro

RIO - A economia do Brasil terminou 2021 confirmando a recuperação completa das perdas registradas com a pandemia de covid-19 em 2020, mas o ritmo lento da atividade no quarto trimestre e, agora, a guerra na Ucrânia, lançam dúvidas sobre o desempenho deste ano, que pode passar de uma esperada estagnação para uma retração. Com alta de 0,5% no quarto trimestre ante o terceiro, o Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todo o valor gerado na economia) cresceu 4,6% no ano passado, ante queda de 3,9% em 2020, informou nesta sexta-feira, 4, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na prática, após atingir o fundo do poço no segundo trimestre de 2020, auge da pandemia, a economia se recuperou entre o terceiro trimestre daquele ano e o primeiro de 2021. O desempenho dos três primeiros meses garantiu o avanço do ano passado. Nas palavras da economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, após voltar ao nível pré-pandemia, a economia “ficou de lado”.

O economista-chefe do banco Original, Marco Caruso, descreveu o desempenho do biênio 2020 e 2021 como “um grande zero a zero”. “Os 4,6% (de crescimento em 2021) nos devolvem para níveis pré-pandemia e mostram o quanto 2022 será um ano complicado”, disse o economista.

A recuperação do fim de 2020 a 2021 se deu de forma heterogênea, assim como foi heterogênea a forma como a pandemia desorganizou a economia, favorecendo alguns setores e prejudicando outros. Indústria e agropecuária saíram na frente na retomada, enquanto o setor de serviços, que responde por cerca de 70% da economia e é o mais afetado pelas restrições ao contato social, demorou mais para pegar o ritmo.

Bar e restaurante

Só que o desempenho da indústria foi perdendo fôlego ao longo dos trimestres, por causa da demanda pouco firme e do travamento das cadeias globais de produção, que, desde 2020, vem causando escassez e encarecimento de componentes – a falta de semicondutores para a fabricação de automóveis é um dos ícones do problema. Já o crescimento dos serviços foi ganhando ritmo à medida que o avanço da vacinação contra covid-19 foi permitindo a volta ao “normal” de uma série de atividades, com o relaxamento de medidas de restrição ao contato social.

Serviços, agropecuária e indústria

Por causa dessa heterogeneidade e dos ritmos distintos, no quarto trimestre, os serviços cresceram 0,5% ante o terceiro trimestre, enquanto a agropecuária avançou 5,8% e a indústria recuou 1,2%. No agregado de 2021, houve crescimento de 4,7% nos serviços e de 4,5% na indústria. Afetada por problemas climáticos, com a estiagem e as geadas, a agropecuária encolheu em 0,2% ante 2020.

A reabertura da economia ao longo de 2021 também permitiu uma relativa melhora do mercado de trabalho, que já emprega número recorde de pessoas, embora com salários mais baixos – a renda média do trabalho terminou o ano passado no menor valor da série histórica do IBGE, iniciada em 2012.

Essa relativa melhora no mercado de trabalho, além dos pagamentos de novas rodadas do Auxílio Emergencial, ainda que com valores menores do que em 2020, impulsionou o consumo das famílias, principal componente do PIB pelo lado da demanda. O consumo cresceu 0,7% no quarto trimestre e fechou 2021 com avanço de 3,6%. Ainda pela ótica da demanda, a formação bruta de capital fixo (FBCF, a medida dos investimentos no PIB) avançou 0,4% no trimestre e 17,2% no ano.

“No início, houve uma recuperação sem empregos. Depois, o PIB andou de lado, mas com uma composição mais favorável aos empregos, ainda que abrindo vagas informais e que pagam pouco”, afirmou Bráulio Borges, economista sênior da LCA Consultores, ressaltando que a recuperação do nível de atividade econômica ao patamar anterior à pandemia não pode ser definida como um resultado positivo, já que, antes da covid-19, esperava-se crescimento em 2020 e 2021.

Agora, segundo economistas, esse processo de “normalização” está praticamente esgotado, faltando apenas alguma recuperação nos serviços mais afetados pelo isolamento social, como bares, restaurantes, hotéis e atividades de lazer. O problema é que, já no fim do ano passado, economistas alertavam que, terminada a “normalização”, há poucos motores para impulsionar a economia.

A inflação elevada – turbinada por choques de oferta de alimentos, energia e combustíveis, pelo encarecimento de matérias-primas e pela alta do dólar, que só passou a dar alívio neste início de 2022 – minou ainda mais o rendimento das famílias, segurando o consumo, ao mesmo tempo em que levou o Banco Central (BC) a elevar os juros básicos, esfriando uma demanda já não muito aquecida.

“O crédito mais caro, o ambiente de instabilidade e o comportamento dos indicadores de confiança não nos deixam ser muito otimistas com 2022”, afirmou o economista-chefe do Banco BV, Roberto Padovani.

Para Caruso, do banco Original, o ano não começou “tão bem, com a pandemia voltando a piorar temporariamente e a guerra no exterior”. A guerra na Ucrânia tende a agravar o quadro. Novas rodadas de valorização de matérias-primas, como o petróleo, pressionarão ainda mais a inflação, levando o BC a manter os juros elevados por mais tempo, ou, até mesmo, ir mais longe nos aumentos. O alívio nas cotações do dólar neste início de ano, que “ajudaria muito no processo de desinflação”, nas palavras de Alessandra Ribeiro, pode acabar apenas evitando uma nova escalada muito forte da inflação.

“Ainda não mudamos nenhum número (de projeção) por causa da guerra, porque depende muito da duração. Quanto mais prolongado o conflito, maiores os efeitos. Se for mais prolongado, haverá um efeito adicional na inflação, mas é um cenário econômico pior em relação ao que tínhamos previamente, que já não era muito bom”, afirmou a economista da Tendências./ Colaboraram Cícero Cotrim e Marianna Gualter

Pesquisa aponta queda na vantagem de Lula para Bolsonaro

Petista também aparece à frente do ex-juiz Sergio Moro, que perde para o atual presidente num possível segundo turno

Pesquisa feita entre 3 e 8 de março para presidente do Brasil aponta que o ex-presidente Lula tem 38,9% das intenções de voto, seguido por Bolsonaro (30,9%), no levantamento estimulado, quando é apresentada uma lista de candidatos. A diferença entre Lula e Bolsonaro caiu 3,1 pontos percentuais em relação ao levantamento de fevereiro.

Sergio Moro tem 7,4%; Ciro Gomes, 6,8%; João Doria, 2,2%; Eduardo Leite, 1,3%; André Janones, 0,7%; Simone Tebet, 0,4%; e Alessandro Vieira (0,1%). A consulta foi feita pelo instituto Paraná Pesquisas.

No levantamento espontâneo, em que não é apresentada uma lista de candidatos, o ex-presidente Lula tem 25,8% das intenções de voto e o presidente Jair Bolsonaro, 21,5%. A diferença entre os dois é de 4,3 pontos percentuais.

O ex-juiz Sergio Moro aparece com 2,3% dos votos, seguido de Ciro Gomes (1,9%), João Doria (0,4%) e André Janones (0,1%). Pessoas que não sabiam ou não responderam somaram 37,9%; nulos, 9,8%.

O levantamento ouviu 2.020 eleitores maiores de 16 anos em 164 municípios dos 26 estados e do Distrito Federal.

Bolsonaro e Lula no segundo turno

Em um eventual segundo turno para presidente do Brasil entre Bolsonaro e Lula, as intenções de voto foram 37,3% e 46%, respectivamente. Brancos e nulos somaram 13,2% e pessoas que não sabiam ou não responderam, 3,5%.

Comparando o mesmo cenário em pesquisas anteriores da Paraná Pesquisas, houve uma queda na vantagem que o ex-presidente mantém em relação ao atual chefe do Executivo nacional. Em março, a diferença era de 14,4 pontos percentuais. Agora, são 8,7.

Gal Costa, uma das maiores cantoras do Brasil, morre aos 77 anos

Informação foi confirmada pela assessoria da cantora. Foram 57 anos de carreira e clássicos da MPB como 'Baby', 'Meu nome é Gal', 'Chuva de Prata', 'Meu bem, meu mal' e 'Barato total'.

Gal Costa, uma das maiores cantoras do Brasil, morreu aos 77 anos. A informação foi confirmada pela assessoria da cantora nesta quarta-feira (9). Ela havia dado uma pausa em shows, após passar por uma cirurgia para retirar um nódulo na fossa nasal direita.

Maria da Graça Costa Penna Burgos nasceu em 26 de setembro de 1945 em Salvador e foi a voz de clássicos da MPB como "Baby", "Meu nome é Gal", "Chuva de Prata", "Meu bem, meu mal", "Pérola Negra" e "Barato total".

Foram 57 anos de carreira iniciada em 1965 quando a cantora apresentou músicas inéditas de Caetano Veloso e Gilberto Gil. Ela ainda era Maria da Graça quando lançou "Eu vim da Bahia", samba de Gil sobre a origem da cantora e do compositor.

Três anos depois, veio outro clássico: "Baby", de Caetano Veloso. A canção foi feita para Maria Bethânia, mas Gal a lançou em disco e a projetou no álbum-manifesto da Tropicália. "Divino maravilhoso" (de Gil e Caetano) foi outra da fase tropicalista.

Ao longo dos anos 60 e 70, ela seguiu misturando estilos. Dedicou-se ao suingue de Jorge Ben Jor com "Que pena (Ela já não gosta mais de mim)" e foi pelo rock com "Cinema Olympia", mais uma de Caetano. "Meu nome é Gal", de Roberto e Erasmo Carlos, serviu como carta de apresentação unindo Jovem Guarda e Tropicália.

Ela estava em turnê com o show "As várias pontas de uma estrela", no qual revisitava grandes sucessos dos anos 80 do cancionário popular da MPB. "Açaí", "Nada mais", "Sorte" e "Lua de mel" eram algumas das músicas do repertório.

Bem recebido pelo público e pela crítica, esse show fez com que a agenda de Gal ficasse agitada após a pandemia. A estreia aconteceu em São Paulo, em outubro do ano passado.

Além de rodar o Brasil, Gal entrou na programação de vários festivais e ainda tinha uma turnê na Europa prevista para novembro.

José Saramago: 100 anos de um gênio das letras

Nesta quarta-feira, autor lusitano completaria um século de vida; no legado, uma vasta obra, única e imaginativa, poética e rica

Foram ao menos cinco visitas de José Saramago a Belo Horizonte. Cidade escolhida por ele para o lançamento mundial do romance "A Caverna", em 2000, que, claro, lotou o Grande Teatro do Palácio das Artes – um feito que não era exatamente inédito em se tratando do autor lusitano.

Um ano antes, o escritor, que completaria 100 anos nesta quarta-feira (16), foi ovacionado após participar do Sempre Um Papo – projeto realizado há 36 anos em BH e que tem o propósito de aproximar escritores e leitores por meio de bate-papos literários. Embora não fosse a primeira vez dele na capital mineira, essa visita teve lá seu ineditismo. Afinal, marcou o seu debute, na cidade, sob as credenciais de único escritor de língua portuguesa a vencer o Nobel de Literatura – prêmio que ele conquistou em 1998, aos 76 anos.

Ao falar dessa marcante visita de Saramago a BH, Afonso Borges, criador e coordenador do Sempre Um Papo, relembra que, diante de um Grande Teatro lotado, o lusitano ficou paralisado. "Foi uma recepção estrondosa, e ele não se movia. Tive que levantar para buscá-lo. Enquanto caminhávamos, ele pegou no meu braço e me falou: 'É a primeira vez que eu sinto o vento das palmas'", confidenciou Borges em uma entrevista a O TEMPO, em 2020. Na mesma ocasião, Pilar del Río, hoje presidente da Fundação José Saramago e viúva do escritor, falou sobre a impactante recepção belo-horizontina. Ela recorda que o marido estava cansado das entrevistas, dos encontros com amigos e viagens, mas, ao encontrar um auditório imenso, lotado e muito atento, recuperou as forças. "Foi mágico", garantiu.

A experiência também é lembrada com carinho pelo escritor, editor, jornalista e curador de eventos José Eduardo Gonçalves, que fez parte do seletivo grupo de pessoas ligadas à cultura que, após o bate-papo literário, seguiu em caravana para a casa da empresária e colecionadora de arte brasileira Angela Gutierrez, onde um jantar foi oferecido ao ilustre convidado. "Naquela noite, o ateu convicto ficou rodeado de santos barrocos", diverte-se.

Gonçalves descreve Saramago como um homem de aparentes paradoxos: ao mesmo tempo que parecia sério e introspectivo, era também interessante e simpático. "Estávamos com o vencedor do Nobel, que não demonstrava nenhuma pompa, embora, evidentemente, tivesse a sua vaidade intelectual, que ele cultivava em silêncio", recorda. E, mesmo que tivesse um perfil mais calado, o lusitano revelou-se um bom conversador. "Ele tinha a qualidade rara – essencial para se manter uma boa conversa – de se manter atento ao que os outros falam", elogia.

Mas de todas as possíveis contradições, a que mais inquieta Gonçalves diz respeito à forma como o autor – "que não escreve de forma simples, com narrativas polifônicas, que desobedece às normas semânticas, faz textos com frases longuíssimas e não facilita a vida do leitor – pode ser, ao mesmo tempo, mundialmente conhecido, admirado, lido e respeitado".

“É algo que sempre me intrigou. Afinal, como Saramago tornou-se popular sem fazer uma obra popularesca, tanto na estética quanto em suas indagações filosóficas?”, questiona e, em seguida, arrisca algumas hipóteses. “Antes de tudo, esse fenômeno é um sólido testemunho de que a boa literatura vence, de que você não precisa fazer concessões”, avalia.

“A verdade é que ele sempre foi coerente com o seu projeto literário, que se confunde com o seu olhar político. Como escritor-cidadão, ele nunca escondeu o que pensa sobre as incertezas da fé e nunca deixou de tecer críticas à desigualdade social, intrínseca ao regime capitalista, mas fez isso em uma embalagem narrativa que é inventiva, provocativa e que exige do leitor, sem ser simplista ou panfletário”, situa, destacando que, além disso, o autor, que teve diversos ofícios ao longo da vida – serralheiro mecânico, auxiliar de escritório, funcionário público –, nunca esqueceu suas origens e deu protagonismo a essas histórias. “Inclusive, tenho a impressão de que ele era um trabalhador da palavra, um artesão do escrever”, diz.

Para o editor e produtor cultural, o fenômeno Saramago também pode ser explicado pelo que ele chama de “primado da imaginação”. “Mesmo quando se debruça sobre temas concretos, Saramago consegue imaginar. Então, mesmo quando parte de uma matéria-prima como a história ou as questões sociais, ele não se comporta como um historiador ou um cientista social, mas como um escritor, que cria fábulas, alegorias e poetiza sobre as questões da humanidade”, analisa. “Logo, o que ele nos diz, sem que a gente perceba, é que aquelas histórias, mesmo muito fantasiosas, também dizem de algo que é real. Daí a capacidade dele de seduzir o leitor”, acrescenta.

A oralidade como elemento

O aparente paradoxo de se fazer popular sem produzir uma obra popularesca também interessa a Rogério Faria Tavares, presidente da Academia Mineira de Letras (AML). “É uma questão que dá um pouco da medida da coragem de Saramago, que ousou e inovou, sobretudo na forma de se expressar”, comenta, situando que o autor é influenciado pelas tradicionais contações de histórias.

“Ele consegue registrar no texto a vivacidade dessa comunicação falada. Daí, consegue um efeito poderoso que se chama, na literatura, de fluxo de consciência, algo que é típico do nosso funcionamento como humanos. Afinal, nós não pensamos de forma linear e direta, embora, textualmente, estejamos habituados a essa forma de expressão. Assim, ao romper com essa regra – construindo frases longuíssimas, que atravessam a página e construindo diálogos nos próprios parágrafos –, ele gera, sim, estranhamento e incômodo. O curioso é que isso não afugenta seus leitores, que, com o tempo, vão encontrando a medida certa da fluência de leitura das obras de Saramago”, sinaliza.

Tavares complementa que, do ponto de vista do conteúdo, o escritor igualmente se mostra corajoso e põe o dedo na ferida. “Ele tem formação marxista e, portanto, tratou de assuntos como a luta de classes e de outros temas que são centrais da sociedade. Por exemplo, em ‘Levantado do Chão’ (publicado em 1980 e tratado como obra inaugural da leva que o notabilizou), ele fala da privação e da insurgência de camponeses em Portugal. Em ‘Memorial do Convento’ (1982), ele expõe o contraste entre o modo de vida da aristocracia e do povo pobre ao contar sobre a construção, no século 18, do Palácio de Mafra”, pontua. “Saramago, que era ateu, também teve interesse em discutir o tema da religião, algo que já aparece em alguns livros, mas que explode em ‘O Evangelho Segundo Jesus Cristo’ (1991), em que ele fala de um Cristo que não é Deus e que se revolta com o próprio destino”, complementa.

Nem tão popular, nem tão difícil

Doutora em literatura comparada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e professora no Programa de Pós-Graduação em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Vera Lopes pondera que, embora seja um autor vastamente reconhecido e muito lido em todo o mundo, a obra de José Saramago não chega a ser popular. “No sentido estrito do termo, por não observar os livros dele sendo lidos por camadas populares da população – até porque, no Brasil, é pequeno o contingente de leitores – não acho que esse seja um adjetivo adequado”, sentencia.

Ela também põe em questão a ideia de que a produção literária do autor seja “complicada”. “Outra coisa a se pensar é se ele é um autor de difícil leitura. Ele mesmo diz que, se você ler em voz alta, vai encontrar o ritmo – algo que faz sentido, uma vez que estamos falando de livros com um tom de oralidade, deixando que o leitor faça sua própria entonação”, comenta.

Por outro lado, Vera concorda que o sucesso do escritor português, em parte, se deve à coerência e à consistência dos temas de que tratou de maneira tão particular. “Para entender de que lugar ele escreve, vou citar uma observação do pensador marxista brasileiro Mauro Iasi, que lembra que Saramago é marcado por três situações, que vão atravessar sua atuação como escritor, político e cidadão: ele vem de uma família de camponeses expropriados da própria terra, foi um trabalhador urbano muito jovem, começando a trabalhar na adolescência e tendo diversos ofícios ao longo da vida, e ele viveu a Revolução dos Cravos (levante popular e militar que ocorreu em 25 de abril de 1974 e que acabou com o salazarismo português)”, situa.

“Tudo isso fez de Saramago um homem político e um escritor político, que como um bom marxista tem o pé fincado na materialidade histórica. Não é à toa que, por mais fantasiosas que sejam, as obras dele se passam no mundo humano e vão discutir questões da humanidade, como a solidariedade, o valor da mulher, a finitude da vida e as questões sociais”, analisa a professora, que coordena, na PUC Minas, o grupo de pesquisa “Saramago, leitor de Marx”.

Atemporal

Outro atributo da obra de José Saramago que ajuda a entender a razão de tanto sucesso é a universalidade e atemporalidade de seus livros. “Os grandes escritores conseguem transcender seu tempo. Isto é, ao mesmo tempo que eles escrevem sob a pressão do momento em que viveram, eles produzem uma obra que transcende e muito esse próprio tempo. Dizendo de outra maneira, é como se o escritor fosse uma antena de sensibilidade, conseguindo captar algo que talvez seja mais bem compreendido muitos anos depois”, assinala José Eduardo Gonçalves.

Para Rogério Tavares, essa característica dá a medida de Saramago como autor clássico – “que, conforme Umberto Eco, é aquele capaz de produzir livros que continuam atuais muito tempo após terem sido escritos”.

Já Vera Lopes lembra que, diante da pandemia da Covid-19, houve um aumento no interesse pelo livro “Ensaio Sobre a Cegueira” (1995). “Associar a história criada por Saramago (em que uma epidemia misteriosa faz que as pessoas fiquem cegas) com esse momento histórico que vivemos é uma leitura possível, mas não é essa coincidência que faz que a obra não fique datada”, avalia. Neste caso, ela lembra que, mais do que uma doença, o livro fala de um comportamento social. “O que faz dele atual é o fato de discutir, em sua literatura, questões essenciais do ser humano”, conclui.

Legado

“No centenário de Saramago, nós celebramos a potência de uma literatura que nunca se conformou com a realidade social que está posta”, comenta Tavares, lembrando que o escritor, por muito tempo, escolheu o jornalismo e a política partidária como trincheira até entender que a sua atuação seria maior como artesão da palavra.

O editor José Eduardo Gonçalves concorda. Ele acrescenta que a celebração pela data que marcaria os 100 anos do português é também um testemunho da importância da literatura. “É preciso, nesta ocasião, reafirmar o valor central da cultura e da arte – que nos põe frente a questões essenciais da nossa existência – para a vida e a sociedade humana”, crava.

Outro legado destacado por Tavares e por Gonçalves diz respeito à trajetória do lusitano, que dedicou a vida e o trabalho à defesa dos Direitos Humanos e do meio ambiente. “Ele agiu em prol dos valores que acreditava, o que é, por si, inspirador e multiplicador. Além disso, três anos antes de sua morte (em 2010), ele instituiu a Fundação Saramago, dedicada a difundir e defender essas pautas”, diz o último.

Por fim, Tavares lembra que, ao se tornar o primeiro e único escritor de língua portuguesa a ganhar o Nobel de Literatura, Saramago jogou luz, indiretamente, para a produção de outros autores lusófonos. “Somos uma das línguas mais faladas do mundo, temos grandes escritores, mas nossa literatura não circulava bem. Hoje, ela ainda precisa circular melhor, mas é sensível que, após 1998, o interesse mundial por romancistas que escrevem originalmente em português cresceu”, sinaliza.

Lula deixa hospital em SP após cirurgia na garganta

O presidente eleito passou por uma laringoscopia para retirada de leucoplasia, que consiste em manchas ou placas brancas. Cirurgião que participou disse que a lesão era benigna.

Em uma rede social, Lula escreveu: “Bom dia. Já em casa, depois de um pequeno procedimento ontem. Tudo resolvido e bem. Boa semana para todos”.

Nesta segunda, o Hospital Sírio-Libanês informou que Lula “deu entrada ontem para a realização de uma laringoscopia para retirada de leucoplasia da prega vocal esquerda. O procedimento mostrou ausência de neoplasia”. Ou seja, não havia nenhum tumor no local.

As pregas vocais são mais conhecidas como cordas vocais. A leucoplasia consiste em manchas ou placas brancas provocadas pelo uso exagerado da voz, refluxo ou cigarro. O principal sintoma é a rouquidão.

Lula recebeu anestesia geral. Os médicos introduziram pela boca uma sonda, que foi até a garganta, e usaram um tipo de raio laser para retirar a lesão. O procedimento durou 40 minutos.

O cirurgião Luiz Paulo Kowalski, que participou, diz que a lesão era benigna.

“O diagnóstico, confirmado durante a operação pelo exame de congelação, foi de displasia leve. Significa: não é câncer. A lesão era da corda vocal, estava restrita à superfície da corda, na mucosa apenas da corda. Não havia nenhum sinal, absolutamente nenhum sinal de invasão de qualquer parte profunda”, explica.

O presidente eleito foi para casa repousar e não teve compromissos públicos nesta segunda. Como o procedimento foi numa corda vocal, a orientação médica é para que ele agora poupe a voz. Pode participar de reuniões em salas fechadas, por exemplo, mas tem que evitar fazer discursos durante uma ou duas semanas. Lula deve ir a Brasília na terça (22) ou na quarta-feira (23).

Em 2011, Lula recebeu o diagnóstico de câncer na laringe. O tratamento foi feito com quimioterapia e radioterapia. Ao fim, os médicos consideraram que ele estava curado.

Nos anos seguintes, Lula continuou passando por acompanhamento médico, que nunca detectou qualquer reaparecimento do câncer.

Roberto Kalil, um dos coordenadores médicos da equipe do presidente eleito, disse que a lesão retirada não tem qualquer relação com o câncer de 11 anos atrás.

“O presidente é uma pessoa saudável que teve esse problema no passado. Esse problema foi resolvido, e ele faz avaliação de rotina. Era uma coisa bem inflamatória, junto com um pouquinho de cicatriz. Foi retirado e resolvido problema”, afirma o cardiologista.

Darcy Ribeiro: 100 anos do visionário que lutou por indígenas, pela educação e fugiu de UTI para concluir livro

Darcy Ribeiro dedicou boa parte da sua vida aos povos indígenas

“Fracassei em tudo o que tentei na vida. Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui. Tentei salvar os índios, não consegui. Tentei fazer uma universidade séria e fracassei. Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei. Mas os fracassos são minhas vitórias. Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.”

Esse trecho do discurso que o antropólogo, etimólogo, educador, escritor e político Darcy Ribeiro (1922-1997) proferiu na Universidade Sorbonne, em Paris, quando recebeu o título de Doutor Honoris Causa, resume a singular e brilhante carreira do intelectual mineiro que não ficou circunscrito aos limites da academia.

Nesta quarta-feira (26/10), sua vida e obra são celebradas e lembradas por ocasião de seu centenário de nascimento.

Ele mesmo costumava dizer que era um homem com muitas vidas. Suas expedições acabaram virando livros e filmes, e são vistas hoje por acadêmicos e por seus seguidores como uma das etapas “visionárias” na sua trajetória.

“Visionário” foi a definição citada tanto pelo indigenista Toni Lotar, conselheiro da Fundação Darcy Ribeiro (Fundar), no Rio de Janeiro, que observou a preocupação do antropólogo com os indígenas e o meio ambiente, como pelo professor argentino da Universidade San Martín (Unsam), de Buenos Aires, Andrés Kozel, coautor do livro Os futuros de Darcy Ribeiro (Elefante Editora), lançado neste ano.

BRASIL

Pesquisa científica com uso de cannabis obtém autorização especial da Anvisa

Agência permitiu estudo do Instituto do Cérebro, da UFRN, a analisar potencial terapêutico da substância em distúrbios neurológicos e psiquiátricos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) concedeu à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) uma Autorização Especial Simplificada para Estabelecimento de Ensino e Pesquisa (AEP) para estudos que avaliam o potencial terapêutico da cannabis em distúrbios neurológicos e psiquiátricos.

A aprovação permite que Instituto do Cérebro da UFRN (ICe-UFRN) conduza pesquisas pré-clínicas, que não serão feitas em humanos, para avaliação da eficácia e segurança de combinações de fitocanabinóides em sinais e sintomas deste tipo de adoecimento.

A autorização havia sido indeferida anteriormente, porém a Universidade entrou com recursos administrativo que foi julgado na 23.ª Reunião Ordinária Pública da Diretoria Colegiada da Anvisa na quarta-feira, 7, e divulgado nesta quinta-feira, 15.

Para a decisão foi considerada uma avaliação jurídica da Procuradoria Federal junto à agência, que entendeu que cabia a Anvisa deliberação sobre a questão no âmbito da pesquisa científica.

O relator da matéria, o diretor Alex Campos, destacou que a autorização foi feita mediante alguns critérios obrigatórios que visam a segurança e o controle na realização das atividades com fins científicos.

Dentre as regras estabelecidas está a avaliação das instalações da pesquisa pela Anvisa; relatórios semestrais e anuais para acompanhamento da agência; relatório final sobre o uso e destino da cannabis utilizada; descarte com inativação da planta e em empresa especializada; controle de acesso às instalações da pesquisa.

Além disso, também foi determinado que a produção da planta no Brasil foi autorizada apenas para “fomento a estudos e pesquisas, de acordo com as atribuições desta agência e em atuação voltada à garantia do direito à saúde, com mitigação dos riscos sanitários”, descreve o voto do relator.

Após empate no tempo normal, Brasil perde nos pênaltis e está fora da Copa

A Croácia aguarda agora o vencedor do confronto entre Argentina e Holanda, que se enfrentam às 16h.

Jogando no Estádio da Cidade da Educação, a Seleção Brasileira empatou com a Croácia por 1 a 1 no tempo normal, nesta sexta-feira (9), e foi eliminado nas penalidades máximas. Neymar foi o autor do único gol do Brasil, e Bruno Petkovic empatou para os croatas.

A Croácia aguarda agora o vencedor do confronto entre Argentina e Holanda, que se enfrentam às 16h.

O Jogo

A primeira chegada mais perigosa na partida foi croata. Aos 12 minutos de jogo, Juranovic avançou em velocidade e tocou para Pasalic, que cruzou na área. O atacante Perisic até teve a oportunidade, mas não conseguiu finalizar para o gol.

Aos 23 minutos, o volante Casemiro recebeu na entrada da área e bateu para o gol. A bola desviou na defesa croata e acabou saindo pela linha de fundo.

Aos 29, foi a vez de Perisic receber boa inversão do lado esquerdo e tentar a finalização. A bola acabou indo por cima do gol de Alisson.

Aos 41 minutos, Neymar cobrou falta que desviou na barreira. No entanto, o desvio não foi o suficiente para enganar o goleiro Livakovic, que fez a defesa.

O Brasil começou o segundo tempo pressionando, e logo com um minuto chegou com perigo duas vezes: primeiro com desvio de Richarlison, defendido por Livakovic; depois Vinícius Jr finalizou de dentro da área, mas novamente o goleiro defendeu.

Aos 10, Neymar recebeu de Richarlison e chutou rasteiro para o gol. O goleiro Livakovic fez a defesa.

Aos 20 minutos, Lucas Paquetá ganhou disputa com a zaga dentro da área e finalizou para mais uma defesa de Livakovic.

Com 30 minutos, Neymar recebeu passe após boa triangulação com Rodrygo e Richarlison e bateu para defesa de Livakovic.

A Seleção Brasileira pressionou até os acréscimos em busca do primeiro gol, mas o 0 a 0 levou a partida para a prorrogação.

O Brasil foi abrir o placar aos 15 minutos do primeiro tempo da prorrogação. Neymar fez boa tabela com Lucas Paquetá, driblou o goleiro e chutou para marcar o 1 a 0.

No segundo tempo da prorrogação, em rápido contra-ataque croata, Orsic recebeu na esquerda e cruzou para o centroavante Bruno Petkovic, que completou de primeira. A bola desviou no zagueiro Marquinho e enganou o goleiro Alisson.

Na disputa por pênaltis, Rodrygo e Marquinhos desperdiçaram suas cobranças. Vlasic, Majer, Modric e Orsic marcaram para a Croácia, que venceu por 4 a 2 e garantiu a classificação.

Diplomação de Lula foi a 12ª presidencial realizada no país

Cerimônia aconteceu pela 1ª vez em 1946 e está prevista no Código Eleitoral

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realizou nesta segunda-feira (12) a 12ª cerimônia de diplomação presidencial do país.

Na sessão solene, o presidente da República eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, e o vice, Geraldo Alckmin, receberam das mãos do presidente do Tribunal, ministro Alexandre de Moraes, os respectivos diplomas eleitorais.

Com os documentos, eles estarão habilitados a tomar posse no dia 1º de janeiro, podendo exercer os mandatos conferidos pelo voto popular no segundo turno das Eleições Gerais de 2022. Os diplomas são assinados pelo presidente do TSE.

O diploma tem como fundo o brasão da República do Brasil e traz os seguintes dizeres: “Pela vontade do povo brasileiro expressa nas urnas em 30 de outubro de 2022, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da República Federativa do Brasil. Em testemunho desse fato, a Justiça Eleitoral expediu o presente diploma, que o habilita à investidura no cargo perante o Congresso Nacional em 1º de janeiro de 2023, nos termos da Constituição”.

A diplomação tem previsão na Lei nº 4.737/1965 (Código Eleitoral). Os candidatos escolhidos nas urnas devem ser diplomados até o dia 19 de dezembro de 2022.

As eleitas e os eleitos para os cargos de governador, vice-governador, senador, deputado federal, deputado distrital e deputado estadual receberão diplomas assinados pelos presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais das unidades da Federação nas quais concorreram.

Diploma

O termo “diploma” está previsto nas normas legais desde o Decreto de 26 de março de 1824, que convocou a primeira Assembleia Constituinte no Brasil. Na época, as chamadas cópias autênticas das atas de apuração dos votos serviam de diploma aos eleitos.

A cerimônia de diplomação foi realizada pela primeira vez em 1946, após a eleição de Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República. A legislação previa que o diploma seria extrato da ata geral assinado pela autoridade competente, que continha o total de votos e a votação do diplomado.

No entanto, o TSE, na Resolução nº 550/1946, considerou que transcrever a ata final de apuração seria “inconveniente”. Dessa forma, definiu que o diploma teria formato específico e seria entregue ao presidente eleito. A primeira sessão solene, noticiada nos jornais da época, foi para diplomar Eurico Gaspar Dutra, em 29 de janeiro daquele ano.

Após a diplomação de Getúlio Vargas, o TSE ainda realizou duas solenidades antes do período do Regime Militar (1964 a 1985), para entregar os diplomas eleitorais a Juscelino Kubitschek, em 1956, e a Jânio Quadros, em 1961. A sessão solene de diplomação de Jânio foi realizada na primeira sede da Corte Eleitoral em Brasília (DF), localizada na Esplanada dos Ministérios.

Com a redemocratização e a realização de novas eleições diretas, o Tribunal voltou a diplomar os presidentes eleitos Fernando Collor de Mello (1989), Fernando Henrique Cardoso (1994 e 1998), Luiz Inácio Lula da Silva (2002 e 2006), Dilma Rousseff (2010 e 2014) e Jair Messias Bolsonaro (2018).

Histórico

Desde o final do século XIX, durante a Primeira República, era entregue ao candidato eleito uma espécie de atestado de que ele foi escolhido pela população por meio do voto. Mas o documento não era um certificado, como nos moldes de hoje.

Os candidatos recebiam os extratos da apuração da eleição com os resultados finais, como forma de comprovar que eles haviam sido eleitos. Isso ocorreu até a publicação do Código Eleitoral de 1950, que passou a prever a expedição do diploma.

A equipe do Museu do TSE realizou uma análise dos diplomas a partir de cópias disponíveis no acervo, constatando que os primeiros documentos expedidos foram feitos em papel comum e com poucos detalhes estéticos.

Já no ano de 1990, eles começaram a ser produzidos pela empresa Thomas de La Rue, passando a ter um design mais elaborado. Desde 1994 até hoje, a produção é feita pela Casa da Moeda.

Os diplomas constam do acervo do Museu do TSE e também podem ser acessados na Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral. Basta inserir a palavra “diploma” no campo de busca e fazer a pesquisa.

Policia é baleado durante ataque de dependentes da Cracolândia no centro de São Paulo

Agentes da PM foram cercados na região central da capital, no mesmo cruzamento em que usuários espancaram um comerciante há três dias

Um agente da Polícia Militar foi baleado na tarde desta quinta-feira, 15, após uma confusão envolvendo dependentes químicos da Cracolândia, no centro de São Paulo. Vídeos que circulam pelas redes sociais mostram o momento em que um policiais e dois guardas civis metropolitanos foram encurralados e acuados por um grupo que começa a tacar pedras, pedaços de madeira e tijolos nele e na viatura.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP) de São Paulo, agentes da PM foram chamados à esquina entre a Avenida Rio Branco e a Rua dos Gusmões por volta das 15h52 desta tarde. Em nota, a pasta confirmou que um policial foi baleado na perna e socorrido ao Hospital das Clínicas. A viatura também foi danificada.

O trecho entre as duas avenidas tem sido ocupado por parte do chamado fluxo da Cracolândia de São Paulo nas últimas semanas, com queixas de vizinhos e comerciantes sobre o comportamento agressivo dos usuários e o aumento da criminalidade na região.

Na última segunda-feira, 12, um grupo de dependentes químicos cercou e espancou um comerciante de 46 anos. Na ocasião, um policial militar acompanhou a ocorrência, mas não efetuou prisões em flagrante e orientou a vítima a preencher um boletim de ocorrência online.

Vacina contra a dengue do Butantan alcança 79,6% de eficácia, mostram dados preliminares

Estudo clínico de fase 3 acompanha 16,2 mil voluntários em todo o País; resultado final é esperado para 2024

A vacina contra a dengue desenvolvida pelo Instituto Butantan e em fase final de testes alcançou 79,6% de eficácia, segundo resultados iniciais do estudo clínico divulgados ontem pela instituição.

Para essa análise preliminar, foram considerados os dados de dois anos de acompanhamento dos 16,2 mil voluntários que participam do estudo de fase 3 (a última antes do pedido de registro). Conforme o protocolo do teste, eles deverão ser seguidos por cinco anos e, por isso, a eficácia final do imunizante só será conhecida em 2024. Os dados parciais, porém, animaram os pesquisadores.

No estudo, que conta com a participação de 16 centros de pesquisa em 14 Estados do País, os voluntários foram divididos de forma aleatória em dois grupos: dois terços foram vacinados e um terço recebeu o placebo.

De acordo com Fernanda Boulos, diretora médica do Butantan, foram registrados 135 casos da doença entre os participantes, dos quais 100 ocorreram entre os não imunizados e apenas 35, entre os vacinados. “Embora preliminar, é um resultado robusto, com significância estatística. E ainda de uma vacina em dose única e que poderá ser indicada para crianças, adolescentes e adultos. Estamos otimistas”, afirmou. Os resultados deverão ser submetidos para publicação em revista científica no ano que vem.

De acordo com o Butantan, foram incluídos na pesquisa participantes de 2 a 59 anos, com e sem exposição prévia ao vírus da dengue. Nos voluntários que já haviam sido infectados antes do estudo, a eficácia foi de 89,2%. Já naqueles que nunca tinham contraído a doença, a proteção foi um pouco inferior, de 73,5%.

Os pesquisadores também calcularam a eficácia para cada um dos quatro sorotipos do vírus da dengue: para o tipo 1, a taxa ficou em 89,5%. Para o tipo 2, ela foi de 69,6%. Ainda não há dados de eficácia contra os sorotipos 3 e 4 porque essas cepas não circularam amplamente no País no período da análise.

De acordo com o virologista Maurício Nogueira, professor da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto e um dos pesquisadores principais do estudo, os resultados obtidos indicam que a eficácia para os sorotipos 3 e 4 também seja alta. “Tradicionalmente, o sorotipo que responde pior às vacinas é o 2. O que se espera, pelo que a gente conhece da biologia do vírus, é que as eficácias para os sorotipos 3 e 4 fiquem mais próximas do que foi observado para o sorotipo 1”, explica o pesquisador.

Não foram registradas hospitalizações ou mortes por dengue entre os voluntários de nenhum dos dois grupos. Por isso, ainda não é possível saber a eficácia do produto para casos mais graves, mas os pesquisadores acreditam que, considerando a alta proteção geral contra infecções sintomáticas, a eficácia contra casos graves também deverá ser alta.

Sobre a segurança do imunizante, somente 3 (menos de 0,1%) dos 16,2 mil voluntários apresentaram eventos adversos graves. “As reações adversas foram comparáveis entre o grupo que recebeu placebo e o que recebeu a vacina, exceto por reações esperadas que aconteceram fora do local da aplicação, como febre e irritação na pele”, informou o Butantan.

Parcerias

A vacina do Butantan foi desenvolvida a partir de antígenos licenciados dos Institutos Nacionais de Saúde (NIH, na sigla em inglês). Em 2018, a instituição brasileira firmou uma parceria com a farmacêutica MSD, que tem a licença do antígeno fora do Brasil. Em território nacional, o Butantan tem exclusividade e autonomia para comercializar o produto, caso ele futuramente receba a aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

“Ter uma vacina desenvolvida e fabricada integralmente aqui no Butantan só reforça um dos nossos propósitos: mostrar que o Brasil tem capacidade produtiva para atender não só o território nacional, mas qualquer outro país que sofra com a dengue. Esse ano, especificamente, nós tivemos mais de 970 mortes pela doença. Nós temos a obrigação de salvar essas vidas”, afirmou Dimas Covas, diretor executivo da Fundação Butantan.

De acordo com Daniella Cristina Ventini Monteiro, gerente de produção do Butantan, a instituição terá capacidade para produzir até 50 milhões de doses da vacina por ano. “Podem ser utilizadas até três linhas de envase para que seja possível atender à demanda da saúde pública brasileira”, declarou. A vacina é produzida com o vírus atenuado (enfraquecido).

Como mostrou o Estadão, o número de casos de dengue aumentou 175,1% neste ano em comparação com o ano passado. Segundo o mais recente boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, foram 1,39 milhão de infecções e 975 mortes.

Outras vacinas

Apenas outras duas vacinas contra a dengue tiveram a fase 3 dos estudos concluída até agora no mundo. A primeira foi a da farmacêutica francesa Sanofi, que demonstrou eficácia geral de cerca de 60% nos estudos clínicos.

Após a conclusão dos testes, a empresa obteve, entre 2015 e 2016, o registro do produto em diversos países, incluindo o Brasil, mas, meses após o início da comercialização, pesquisadores descobriram que o produto aumentava o risco de ocorrência de casos graves entre pessoas vacinadas que nunca tinham contraído a doença. Dessa forma, a vacina passou a ser indicada somente para aqueles que já tiveram dengue e só está disponível na rede privada.

Já o produto da farmacêutica japonesa Takeda teve eficácia de 80% nos estudos clínicos. A empresa entrou com pedido de registro na Anvisa em 2021, mas ainda aguarda análise. A agência diz que, durante o processo, solicitou dados complementares e que uma dessas solicitações está em aberto, aguardando resposta da farmacêutica.

Cinco chamados antibombas em 5 dias: Brasília vive tensão às vésperas da posse

A quatro dias da posse do presidente eleito Lula (PT), DF teve cinco suspeitas de bomba desde 6ª feira. Desse total, duas foram confirmadas

Às vésperas da posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o Distrito Federal vive momentos de tensão. Nos últimos cinco dias, o Esquadrão de Bombas da Polícia Militar do DF (PMDF) recebeu cinco chamados para possíveis casos de bomba.